



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

PROCESSOS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA EM CONTEXTO AUTOPRODUZIDO, ÁGUA GRANDE (SÃO TOMÉ) COMO CASO DE ESTUDO

Tiago Miguel Mascarenhas do Nascimento
(Licenciado)

Projecto elaborado para a obtenção do Grau de Mestre
em Arquitectura na área de Urbanismo

Orientação Científica
Professora Doutora Ana Luísa da Silva Fernandes
Professor Doutor Luís Alberto Torres Sanchez Marques de Carvalho

Júri:
Presidente: Professora Doutora Maria Manuela Afonso da Fonte
Vogal: Professora Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo
Vogal orientador: Professora Doutora Ana Luísa da Silva Fernandes

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Março 2019

Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa

**Processos de (re)estruturação urbana em contexto urbano
autoproduzido. Água Grande (São Tomé) como caso de estudo**

Tiago Miguel Mascarenhas do Nascimento

Resumo

As ações de transformação de assentamentos autoproduzidos, procuram construir ambientes urbanos dignos para a habitabilidade humana e a inclusão desses mesmos assentamentos no tecido urbano. A atual expressão numérica e o contínuo crescimento destes assentamentos, caracterizam o desenvolvimento urbano na África Subsaariana, que através de intervenções desprovidas de uma lógica de conjunto, condicionam a sustentabilidade dos seus centros urbanos.

Os desafios com que se deparam as intervenções urbanas neste contexto, exigem mecanismos que integrem todos os agentes urbanos. A instrumentalização do espaço público, abordado no trabalho enquanto elemento (re)estruturador do território, poderá desempenhar um papel importante na dinamização dos diferentes agentes. A apropriação comum do espaço, autonomamente produzido ou não, constitui diferentes dinâmicas que podem aqui de forma integrada contribuir para um projeto coeso e sustentável.

O espaço público na sua visão desconstruída, nutre de uma dimensão material e outra imaterial. Estas dimensões cumprem em primeira instância, capacidade de combate às dimensões materiais e imateriais da pobreza que se instalam nos assentamentos precários. Sendo este o princípio para a progressiva afirmação de um direito urbano e construção da cidade.

Para a abordagem sobre o tema, o relatório desenvolve-se no território de São Tomé e Príncipe, precisamente no distrito de Água Grande, cidade capital do país. Sobre este, será proposto um plano urbano após uma revisão de leitura, interpretação programática dos casos de estudo e uma análise e pesquisa histórica do local.

Palavras chave: Autoprodução, Precaridade urbana, Integração, Estrutura, Espaço Público

Abstract

The transformation actions of self-produced settlements, seek to build decent urban environments for human habitability and the inclusion of these settlements in the urban fabric. The present numerical state and the continuous growth of these settlements characterize urban development in sub-Saharan Africa, which, through interventions that lack an overall logic, condition the sustainability of its urban centers.

The challenges that the urban interventions in this context have to face, require actions that include all the urban agents,. The use of public space, is discussed during this process as a (re) structuring element of the territory, and could play an important role in supporting the different agents. The common appropriation of space, autoproduced or not, consists of different dynamics that can, in an integrated way, contribute to a cohesive and sustainable project.

Public space in its deconstructed vision, nourishes a material and an immaterial dimension. These dimensions fulfill, in this instance, the capacity of fighting the material and immaterial dimensions of poverty that are present in these precarious settlements. This is the main principle behind the progressive affirmation of city building and urban rights.

This report focuses on the territory of São Tomé and Príncipe, more precisely in the district of Água Grande where the country's capital is located. On this territory, an urban plan will be proposed after a literature review, programmatic interpretation of the various case studies and a historical analysis and research of the location.

Key words: Autoproduction, Urban precarity, Integration, Structure, Public space

Agradecimentos

Aos que marcaram o percurso,
professora Ana Fernandes e professor Luís Carvalho,
colegas, amigos e parceira,
aos pais,
Maria do Carmo Nascimento
e Venceslau da Cruz Nascimento

Índice

1. Introdução	1
1.1 Questões e objetivos de trabalho	7
1.2 Metodologia e estrutura de trabalho	9
2. Estado do conhecimento	13
2.1 A dimensão instrumental do espaço público	17
O carácter estruturador	19
O carácter participativo	21
2.2 A construção do espaço público em cidades de contexto urbano acelerado e escassos recursos	25
A procura por um espaço público	
Espaço público planeado (Estrutura material)	27
Espaço público autoproduzido (Estrutura imaterial)	29
3. A expansão urbana acelerada na África subsahariana	33
3.1 A precaridade urbana	39
O espaço público face as adversidades da pobreza urbana (em jeito de conclusão)	43
4. O distrito de Água Grande	45
4.1 Enquadramento e expansão da cidade	47
4.2 A atualidade urbana de São Tomé	59
Caracterização do tecido urbano autoproduzido	61
4.3 Catalogar o espaço público “potencial”	65
5. Projeto urbano	73
5.1 Estratégia	75
5.2 Projeto urbano	77
5.3 Equipamento	81
6. Considerações finais	85
Bibliografia	89
Anexos	

Índice de figuras

Figura1. Lógicas de acesso ao solo urbano. (Abramo,2009) url: <https://www.youtube.com/watch?v=hzZGmOAFcCc&t=96s> ,consultado em Outubro de 2018

Figura2. Metodologia de trabalho. (Autor, 2018)

Figura3. tchiloli - teatro de são tomé e príncipe (Meirelles) url: file:///C:/Users/35192/Downloads/tchiloli%20-%20teatro%20de%20s%C3%A3o%20tom%C3%A9%20e%20príncipe%20-%202013%20_%20trag%C3%A9dia%20d%E2%80%A6%20_%20Flickr.html ,consultado em de Março 2019

Figura4. Sessão participativa, Nairobi, Quênia (ONU)
Fonte: Human settlements development through community participation, consultado em Dezembro de 2018 pp: 01

Figura5. Programa GIME, limpeza de estrada, São Tomé (Telanon, 2014)
url: <https://www.telanon.info/sociedade/2014/07/24/17006/gime-1100-km-de-estradas-reabilitadas-e-mantidas-em-stp/> ,consultado em Dezembro de 2018

Figura6. Programa GIME, capinação, São Tomé (Telanon, 2014) url: <https://www.telanon.info/sociedade/2014/07/24/17006/gime-1100-km-de-estradas-reabilitadas-e-mantidas-em-stp/> ,consultado em Dezembro de 2018

Figura7. Programa GIME, capinação, São Tomé (Telanon, 2014) url: <https://www.telanon.info/sociedade/2014/07/24/17006/gime-1100-km-de-estradas-reabilitadas-e-mantidas-em-stp/> ,consultado em Dezembro de 2018

Figura8. Programa GIME, pavimentação, São Tomé (Telanon, 2017) url: <https://www.telanon.info/sociedade/2014/07/24/17006/gime-1100-km-de-estradas-reabilitadas-e-mantidas-em-stp/> ,consultado em Dezembro de 2018

Figura9. Logo atual do plano municipal Favela Bairro (Wikipedia, 2017) url: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela-Bairro#/media/File:Favela-Bairro_\(2017\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela-Bairro#/media/File:Favela-Bairro_(2017).jpg) ,consultado em Janeiro de 2019

Figura10. Programa CMP Filipinas (Phillipe institute for development studies, 2017) url: An Assessment of the community mortgage program implementation strategy, consultado em Janeiro de 2019 pp: 01

Figura11. Programa célula urbana, Jacarezinho (FAUUFPA, 2011) url: <https://pt.slideshare.net/tupidataba/celula-urbana-bauhaus-jacarezinho>, consultado em Outubro de 2018

Figura12. Programa célula urbana, Jacarezinho(FAUUFPA, 2011) url: <https://pt.slideshare.net/tupidataba/celula-urbana-bauhaus-jacarezinho>, consultado em Outubro de 2018

Figura13. Programa célula urbana, Jacarezinho (FAUUFPA, 2011) url: <https://pt.slideshare.net/tupidataba/celula-urbana-bauhaus-jacarezinho>, consultado em Outubro de 2018

Figura14. Programa célula urbana, Jacarezinho (FAUUFPA, 2011) url: <https://pt.slideshare.net/tupidataba/celula-urbana-bauhaus-jacarezinho>, consultado em Outubro de 2018

Figura15. Processo de aprovação de empréstimo (PIDS, 2017) url: An Assessment of the community mortgage program implementation strategy, consultado em Janeiro de 2019 pp: 16

Figura16. Fases e propósito de empréstimo (PIDS, 2017) url: An Assessment of the community mortgage program implementation strategy, consultado em Janeiro de 2019 pp: 09

Figura17. Mobilizadores de associação de moradores para o CMP (PIDS, 2017) url: An Assessment of the community mortgage program implementation strategy, consultado em Janeiro de 2019 pp: 13

Figura18. Rua no bairro do Riboque (Santos, 2019) Fonte: Tatiana Santos

Figura19. Crescimento da população urbana entre 1995 e 2015 (WCR, 2016) url: Urbanization and development - Emergin Futures, consultado em Julho de 2018 pp: 06

Figura20. Projeção de crescimento da população urbana entre 1950 e 2025 (WCR, 2016) url: Urbanization and development - Emergin Futures, consultado em Julho de 2018 pp: 08

Figura21. Comparação custo de vida entre a Africa subsaariana e outras regiões em 2011 (WBG, 2017) url: Cidades Africanas - Abrindo portas ao mundo, consultado em Julho de 2018 pp: 19

Figura22. Padrões globais de urbanização 1995 (WCR, 2016) Urbanization and development - Emergin Futures, consultado em Julho de 2018 pp: 08

Figura23. Padrões globais de urbanização 2015 (WCR, 2016) Urbanization and development - Emergin Futures, consultado em Julho de 2018 pp: 08

Figura24. Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)

Figura25. Acesso pedonal, Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)

Figura26. Área de despejo de lixo, Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)

Figura27. Dimensões da pobreza habitacional (Berner, 2001) Fonte: Learning from informal markets: Innovative approaches to land and housing provision, consultado em Novembro 2018, pp: 03

Figura28. Dimensões da pobreza pública (Autor, 2018)

Figura29. Localização São Tomé; equadramento populacional (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

Figura30. Altimetria São Tomé e Príncipe (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

Figura31. Pico Bobo Forro (Autor, 2018)

Figura32. Diagramas territoriais da ilha de São Tomé (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

Figura33. 1ª fase de desenvolvimento (Bragança, 2008)

Figura34. Forte de São Sebastião (Revista Militar, 2011) url: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/722> ,consultado em Dezembro de 2018

Figura35. Igreja de Santo António (MAO,1908) url: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AHSTP/fotografias/vistas&p=15> ,consultado em Novembro de 2018

Figura36. Alfândega e parte da ponte (MAO, 1911) url: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AHSTP/fotografias/vistas&p=19> ,consultado em Novembro de 2018

Figura37. Vista sobre a ribeira de Água Grande (RDSTP, Desconhecido) url: <http://saotome.hostbyet2.com/FotografiasAntigas.html?i=2> ,consultado em Novembro de 2018

Figura38. 3ª fase de desenvolvimento (Bragança, 2008)

Figura39. Fotografia Cacau (Autor, 2018)

Figura40. Armazém e secador mecânico de cacau (RDSTP, ano desconhecido) url: <http://saotome.hostbyet2.com/FotografiasAntigas.html?i=2> ,consultado em Novembro de 2018

Figura41. Transporte de cacau (RDSTP, ano desconhecido) url: <http://saotome.hostbyet2.com/FotografiasAntigas.html?i=2> ,consultado em Novembro de 2018

Figura42. Esboço da distribuição fundiária com marcação da linha férrea (Carvalho, 1971) url: http://atlas.saotomeprincipe.eu/2_atlasstp_geofisica.htm ,Junho 2018

Figura43. Situação existente 1950, São Tomé (Autor desconhecido,1950)

Figura44. Esquema de estrutura de habitações (Fernandes,2015) Dinâmicas de expansão urbana (Fernandes, 2015) Fonte: Entre remediar e solucionar - A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo da pobreza - São Tomé e Príncipe como laboratório, consultado em Julho de 2018 pp:

Figura45. Exemplo de assentamento em área de densificação urbana (Eliana, 2018)

Figura46. Dinâmicas de expansão territorial (Autor/ com base em imagem Google Earth , 2018)

Figura47. Pavimentação de vias (A) Meios de deslocação (B) Cultivo no quintal (C) Setor terciário (D) (Autor, 2018/ Eliana, 2018/ CDA, 2018) url:https://www.facebook.com/pg/C%C3%A2mara-Distrital-de-%C3%81gua-Grande-1575369879395046/photos/?tab=album&album_id=1577045042560863 ,consultado em Dezembro de 2018

Figura48. Madre Deus, São Tomé (Eliana,2018)

Figura49. Comício MLSTP (RA, 1974) url: <http://m.redeangola.info/multimedia/40-anos-de-independencia-de-sao-tome-e-principe/> ,consultado em Novembro de 2018

Figura50. Revista semana ilustrada (RA, 1974) url: <http://m.redeangola.info/multimedia/40-anos-de-independencia-de-sao-tome-e-principe/> ,consultado em Novembro de 2018

Figura51. Centro digital e interação de o que del rei (CDA,2017) url:https://www.facebook.com/pg/C%C3%A2mara-Distrital-de-%C3%81gua-Grande-1575369879395046/photos/?tab=album&album_id=1577045042560863 ,consultado em Dezembro de 2018

Figura52. Inauguração de lavandaria (CDA,2017) url:https://www.facebook.com/pg/C%C3%A2mara-Distrital-de-%C3%81gua-Grande-1575369879395046/photos/?tab=album&album_id=1577045042560863 ,consultado em Dezembro de 2018

Figura53. Produção e apropriação do espaço coletivo (Autor,2018)

Figura54. Imagens representativas da apropriação do espaço público (Autor, 2018)

Figura55. Estratégia territorial (Autor, 2018)

Figura56. Estratégia urbana, Áreas funcionais (Autor, 2018)

Figura57. Unidades de execução da proposta (Autor, 2018)

Figura58. Esquema de faseamento da proposta (Autor, 2019)

Figura59. Planta de implantação (Autor, 2019)

1. Introdução



Figura1. Lógicas de acesso ao solo urbano.

(Abramo,2009)

O crescimento urbano autoproduzido, explosivo e não regulamentado é um fenómeno presente no contexto da África Subsaariana. Este crescimento ocorre, não por estar associado a um desenvolvimento industrial, *“mas pelo contrário, em contexto de grave crise económica e social favorecida pela afirmação das políticas económicas neoliberais a nível global e pela aplicação desajustada das políticas emanadas dos países desenvolvidos”* (Raposo e Oppenheimer, 2007: 26).

Estas expressões urbanas pós-coloniais, enquanto modelo, apresentam-nos questões que colocam em causa a sua viabilidade normativa. O crescimento acelerado dá-se dentro de uma “lógica de necessidade e lógica de mercado” (Abramo, 2016), desprovido de representatividade institucional e consecutivamente de instrumentos políticos e mecanismos capazes de regular o desenvolvimento urbano, a informalidade afigura-se como característica principal destes assentamentos. A lógica de necessidade, justificada primeiramente pela escassez de recursos socioeconómicos, acrescenta a estas extensões de aglomerados urbanos autoproduzidos, sinais de precaridade. Estas contradições evidenciam-se *“nas economias fraturadas entre a inserção direta no capitalismo global e a denominada informalidade que alimenta um intenso microcomércio de rua”* (Domingues, 2015: 27), nas suas habitações densamente ocupadas e sem infraestruturas, na falta de qualidade do espaço público, bem como na indisponibilidade de equipamentos urbanos.

Ver figura1.

Neste contexto desarticulado, onde a *“lógica simbólica”* (PNUD, 2002) e interesses individuais (Valor) se sobrepõem ao poder político urbano (Norma), será necessária uma análise crítica, essencialmente social, aos seus processos próprios. Encontra-se aqui um conflito entre *norma e valor* deste modelo, que irá e deverá ser gerido de forma equilibrada (Eagleton, 2003).

O caso de estudo, Água grande, ainda que reduzido na sua dimensão territorial, apresenta-se como importante campo de estudo dada a expressão urbana atual e os seus processos reprodutivos. São Tomé e Príncipe, apresenta uma taxa de crescimento populacional urbano no valor de 3,6%/ano, entre 2010 e 2015, sendo que 86,6% vive atualmente em áreas classificadas como *slums*.

Registou-se entre 2010 e 2015 um crescimento da população nacional taxado a 2,2%/ano (ONU,Habitat III).

As cidades mais pequenas em África (cidades com população entre 100,000 e os 500,00 habitantes), apresentam uma taxa de crescimento da população urbana mais elevada (UN-Habitat,2008). No caso de Água Grande, distrito em que se encontra a capital, São Tomé, alberga aproximadamente um terço da população nacional, 73091 habitantes (INE,2012).

A partir do estudo de paradigmas de intervenção em territórios do contexto autoproduzido, procura-se dar ênfase ao espaço público enquanto importante instrumento de reestruturação urbana, compreender as valências e limitações deste instrumento na sua capacidade de promoção de mecanismos de ação síncronicos no território autoproduzido.

1.1 Questões e objetivos de trabalho

Face aos desafios urbanos levantados pelo crescimento populacional acelerado nos países em desenvolvimento, o modelo de assentamento tende a sofrer alterações, tendo este, tendência para ser reestruturada por via da substituição. Entre o existente (problema) e o futuro (solução), colocam-se questões relativas á qualidade dos processos de (re)estruturação urbana.

Questões de partida

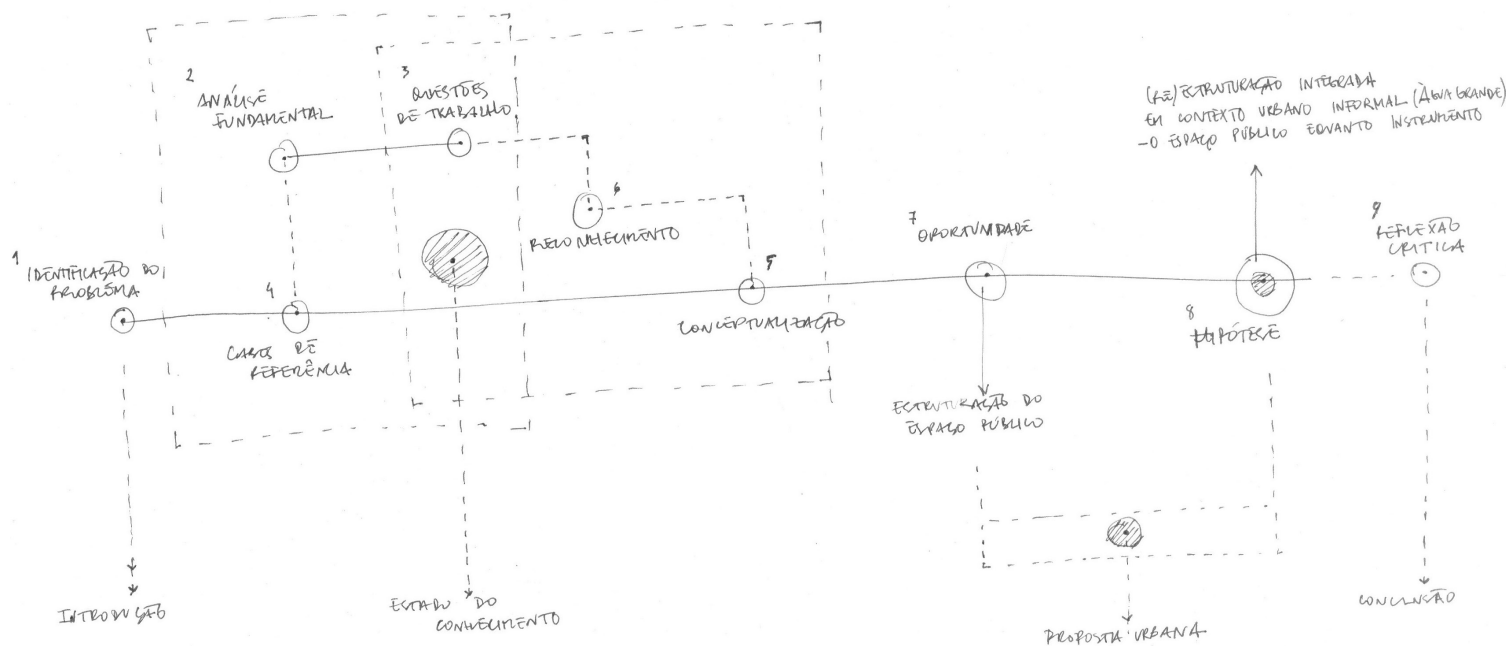
1. Que fatores históricos, económicos, políticos e sociais, conduziram a um crescimento urbano tão acelerado e autoproduzido no contexto da África subsaariana? 2. Como pode o espaço público fazer face a problemas advindos de um contexto urbano precário? 3. Porque é este modelo de assentamento estigmatizado/ negligenciado? É possível estabelecer-se outra atitude perante este modelo de assentamento? Como? 4. Quais os desafios do projeto urbano frente a modelo e contexto urbano autoproduzido? 5. Quais os modelos de ação utilizados para solucionar estruturas em condição urbana precária? Quais as suas repercussões socioeconómicas destes modelos?

Objetivos

Na componente teórica deste trabalho, pretende-se debater o entendimento e potencialidades do espaço público planeado e autoproduzido. Na componente projetual os objetivos passam pela definição estratégica de um sistema de espaços coletivos. Esta estratégia afirma-se como hipótese de um novo eixo de mobilidade de cintura, atravessando as principais áreas de risco no distrito de Água Grande e igualmente densificadas, o bairro do Riboque e Água Arroz. Oferecer um sistema de acessibilidade e mobilidade orientado para o peão. Partindo dessas intenções, pretendem-se estruturar eixos pedonais pré existentes e construir linhas clicáveis de acesso ás áreas definidas para a localização especial de equipamentos e atuais áreas dinamizadoras do distrito.

Ainda a nível estratégico, procura-se implementar a estrutura de corredores verdes, com o fim de proteger e valorizar a estrutura ecológica existente , oferecer novos espaços recreativos qualificados e definir limites para a expansão urbana. Para este objetivo, a proposta estruturante será a regeneração da área intersticial do vale da ribeira de Água Porca.

Pretende-se definir áreas de oportunidade para habitação e defendendo o direito a diversidade de propriedade com a definição de lotes dotados de infraestruturas de saneamento, abastecimento de água que partem de uma



1. Identificação de problema

- Desenvolvimento urbano informal explosivo (Dominio politico-espacial)
- Precaridade urbana (Dominio socio-espacial)

2. Análise fundamental

- Tendencias, premissas, historia, estatisticas, mapas

3. Questões de trabalho

4. Casos de referência

5. Conceptualização

- Análise de casos de sucesso
- Análise bibliografica

6. Reconhecimento

- Observação, fotografias, levantamento, análise territorial, conversa informal (diversos atores urbanos)

7. Oportunidade

- Estruturação do espaço público

8. Hipótese

- (Re)estruturação integrada em contexto urbano informal - O espaço público enquanto instrumento estruturador de Água Grande

Figura2. Metodologia de trabalho.

(Autor)

tipologia de pátio enquanto motor das unidades de loteamento. Justificado pelos futuros processos de realojamento, propõe-se a construção de equipamentos de apoio a este processo.

Por fim, procura-se integrar no instrumento de planeamento níveis de participação para as diferentes unidades de execução do plano proposto.

1.2 Metodologia e estrutura de trabalho

Metodologia de trabalho

O trabalho procurou seguir uma metodologia que se inicia com a **identificação do problema**, clarificando o objeto sobre o qual se pesquisa e levando então à fase de **análise fundamental**, caracterizada pela consulta de referências teóricas, documentos estatísticos, cartografia e outra pesquisa bibliográfica capaz de dar suporte ao desenvolvimento da estrutura teórica que orientou a pesquisa.

De maneira a definir o objeto já identificado, foram elaboradas **questões de trabalho**. Funcionando como guias e perguntas a serem respondidas na fase de conceptualização do trabalho. Os **casos de referência** que constam no trabalho. Formam medidas levadas a cabo em casos com características semelhantes ao caso de estudo, constituindo uma fase que foi importante para a **conceptualização** da proposta, onde é realizada a síntese bibliográfica.

O levantamento e **reconhecimento** da área de estudo, através da observação, recolha fotográfica e contacto com diferentes agentes do distrito, constituíram também uma ferramenta importante para uma análise mais coerente da área de estudo, complementando com os dados recolhidos da análise fundamental e a elaboração de análises de enquadramento, acessibilidades, das tipologias de assentamento, dos usos e funções.

A identificação do problema representa também a identificação de uma **oportunidade**, sobre a qual se inclina toda a pesquisa do trabalho, e é so delineada a estratégia de reestruturação urbana.

A proposta de plano e projeto urbano, consiste em si numa **hipótese** e numa **reflexão crítica** sobre o tema. Nesta fase fizeram-se acompanhar peças desenhadas e fotografias da área de intervenção. Procurou-se nesta fase incluir os conhecimentos adquiridos no processo de trabalho.

Ver figura2.

**Estrutura
de trabalho**

O primeiro capítulo deste trabalho, aquele em que nos encontramos, diz respeito ao enquadramento do tema sobre o qual se debruçou, à definição de objetivos que se pretendem alcançar e a metodologia aplicada para o mesmo efeito. Os seguintes cinco capítulos que o compõem, seguem a lógica da metodologia apresentada.

O estado do conhecimento procura responder às questões de trabalho e apresentar os casos de referência que dialoguem com essas mesmas questões. A primeira das duas partes do capítulo do estado do conhecimento, aborda a ideia e o conceito de espaço público, e ainda um olhar sobre o mesmo enquanto instrumento urbanístico. Decompondo-o em duas diferentes dimensões, estruturadora e participativa. Este ponto procura justificar o instrumento enquanto hipótese para o problema e defender o mesmo enquanto direito da vida urbana. Segue-se a segunda parte do capítulo, onde é abordado o conceito no contexto urbano informal, utilizando os casos de referência de São Paulo e Manila como alvos de estudo dos processos estruturadores nas suas diferentes dimensões, material – Jacarézinho, e imaterial – CMP Manila. Optou-se pelo foco nos processos de implantação destes projetos, que irão na proposta ser importantes para a justificação quer da viabilidade económica e recursos humanos, quer da definição programática do projeto.

O terceiro capítulo procura uma aproximação ao contexto do caso de estudo, apresentado o problema de uma perspetiva global, caracterizando consecutivamente o contexto urbano precário, as suas limitações e lógicas de reprodução. Este capítulo termina com a definição da conceptualização da proposta.

A aproximação ao caso de estudo é feita no quarto capítulo, dividido em três partes: enquadramento histórico, caracterização urbana atual, e caracterização do espaço público. O remate é realizado através de uma síntese da utilização do espaço público, que permitirá estabelecer uma relação com a proposta projetual a apresentar.

2. Estado do conhecimento

No seu sentido histórico o conceito de espaço público surge relacionado de forma direta como o espaço do povo, o espaço onde se exprimiam as ideias e os debates políticos, da cultura, do estado, da governação, das instituições da comunidade e da sociedade. Esta noção está fortemente relacionada com um discurso de construção de cidade, aplicado também ele na linguagem dos arquitetos (Torres et al., 2012).

Na sua conceção clássica, época caracterizada pela participação coletiva na tomada de decisões (ainda que por um grupo restrito), a materialização do espaço público, dá-se na *ágora*. Este afirma-se como o lugar onde a política e o espaço se vinculam. Com uma intensidade participativa reduzida, a conceção moderna de espaço público é transferida para a malha de ruas e praças da cidade. Neste espaço, acontece a vida coletiva, onde coexistem atividades e indivíduos num sistema de representação como forma de participação política (Torres et al., 2012).

O espaço público é ao mesmo tempo o espaço indutor e induzido da, e pela *ação*. É através da ação que se produz a esfera política e é através da mesma onde se encontra a condição para sair da esfera das necessidades, composta pelo *labor* e *obra* (Arendt, 2007). A ação, segundo Arendt, só existe em contacto com outros homens e é fundamental para a sua existência plena, a pluralidade e participação de todos os indivíduos.

Neste capítulo procura-se elaborar não um modelo, mas estudar a importância da instrumentalização política e urbana deste elemento urbano enquanto meio de transformação do contexto. Esta instrumentalização é definida sob duas linhas que compõem a matriz sob a lógica de *ação* (Política/ Urbanizadora). A matriz divide-se assim entre o conceito de estruturação e o conceito de participação.

Aborda-se o espaço público no seu discurso de espaço para a construção de civilidade, explorando assim a sua dupla dimensão política e urbana, através do projeto e das políticas elaboradas para a construção de uma cidade democrática e perceber de que forma um discurso político sustenta a intervenção física na história da cidade, bem como o processo inverso.



Figura3. tchiloli - teatro de são tomé e príncipe.
(Meirelles, 2013)

2.1 A dimensão instrumental do espaço público

Contra uma racionalidade universal e objetiva, a conceção de espaço público, retém a noção do comum como critério de validade. A participação política distingue o certo do errado (Torres et al., 2012). Segundo Ramirez, o espaço público enquanto suporte político, sustenta três sentidos: primeiro, de inclusão entre os habitantes e o território; o segundo remete tolerância, expressa no livre acesso a todos e ao reconhecimento da diversidade; o terceiro centra a atenção ao papel da democracia no planeamento e gestão urbana a partir de projetos integrais e polivalentes que incorporem objetivos sociais, ambientais e estéticos, que por sua vez atuem como mecanismos de participação cívica, de melhoramento da qualidade de vida, de estímulo à identificação simbólica, à expressão e à integração cultural.

Como referido, propõe-se uma reflexão a partir de uma trama narrativa composta pelo espaço público enquanto projeto político, procurando identificar a relação entre o projeto urbano e uma política de dignidade e inclusão administrativa. Conferindo estas a este elemento urbano, um carácter de instrumento de ação política no território.

O vazio (espaço público), vazio exterior como apresenta Fonseca Cruz, enquanto *“espacialidade reivindicada pelo Movimento Moderno, significou a abertura na relação entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público”* (Fonseca Cruz, 2016:51). Esta diferencia o vazio, de vazio urbano que se define através dos espaços urbanos residuais e áreas intersticiais. O vazio moderno é um espaço planeado, um espaço de direito.

O planeamento e aplicação destes vazios externos ao tecido edificado da cidade compacta do sec. XIX reivindicava o significado de civitas na urbs. A noção de cidadão como significado equivalente à civilização, é retomada pelos precursores do movimento moderno (Fonseca Cruz, 2016).

Para os romanos, civitas era o termo representativo de comunidade de cidadãos, são estes aqueles:” *que lutam por seus direitos e catam seus deveres junto á sociedade. Civitas como organização política figura tanto na condição jurídica de cidadão, como no território ocupado por esta comunidade*” (Fonseca Cruz, 2016:52).

O espaço público é assim representativo de poder, mas ao mesmo tempo é representativo de resistência (Fonseca Cruz, 2016). Este conflito entre ordem política/ administração urbana e a sua projeção centralizada sobre a cidade, como mencionam Torres e Moranta (2012), tornam o espaço público um objeto e uma plataforma de conflito.

Como objeto, é um espaço de controlo e disputa, como cenário é uma plataforma onde se dá o manifesto político e onde também se implanta a violência urbana. Ele é o instrumento cívico para as lutas entre o público e o contra público.

A ação política sobre o espaço público, contrariamente ás questões motivadoras do espaço privado, são caracterizadas por uma visão de longevidade e perpetuação na história da cidade. Este é o canal por onde é possível ao ator urbano alcançar um domínio de intervenção superior ao seu próprio tempo.

O carácter estruturador

A ideia de estruturação pode ser entendida como suporte de partes diferentes. A articulação, o encaixe e integração. A origem da palavra latina, *structura*, formou-se a partir do verbo *struere*. Esta ideia está ainda relacionada com a ideia de extensão – *sternere* (Castro, 2011; segundo Fernandes, 2015).

Candili-Josic-Woods (1960) apresentam-nos um axioma base, defendendo que toda a extensão da cidade é uma extensão da cidade e não pode ser considerada como unidade autossustentada, isolada do resto da sociedade. Devendo assim ser um modelo não hermético, isolado e concluído, mas um modelo de continuidade.

Procura-se aqui um olhar sobre a estrutura enquanto modelo capaz de canalizar a ação, ela ganha assim para além do seu carácter físico/ sólido, o carácter de processo, como um meio para a construção de um objeto não finalizado. Garantindo assim, como referido acima, um estado urbano em constante consolidação, permitindo a continuidade de novos processos espontâneos.

Interessa-nos o carácter produtivo de uma estrutura. Aqui o substrato da vida urbana apresenta-nos dois aspetos, que não se opõem, mas que produzem diferentes efeitos. O primeiro que diz respeito à materialidade, a um suporte que articula e organiza; O segundo corresponde ao lado imaterial, produzindo assim um efeito catalisador, que sedimenta dinâmicas e elementos existentes, *“promovendo eventuais ligações sinérgicas e atraindo novos contributos que possam valorizar, assegurando assim mecanismos de expansão e de progressiva consolidação”* (Fernandes, 2016:60).

O entendimento de estrutura, não remete assim de forma direta para um suporte físico, Eco afirma que esta é uma forma de rede – *“uma rede de relações inesgotáveis, entre as quais o recetor instaura a sua própria forma, sem ser determinado por uma necessidade que lhe prescreva os modos definitivos de organização”* (Eco, 1991:41).

Deverá ultrapassar-se a forma quando se pretenda falar do objeto. Podendo assim ultrapassar a sua materialidade. O intangível, vazio que define a imaterialidade carrega igualmente um carácter de suporte capaz de promover o empenho por dignidade cívica, a luta por autonomia, a emancipação social, o acesso equitativo a serviços de apoio, o empreendedorismo (Teixeira, 2007). São estas estruturas imateriais de consolidação socioeconómica, que se repercutem no ambiente construído.

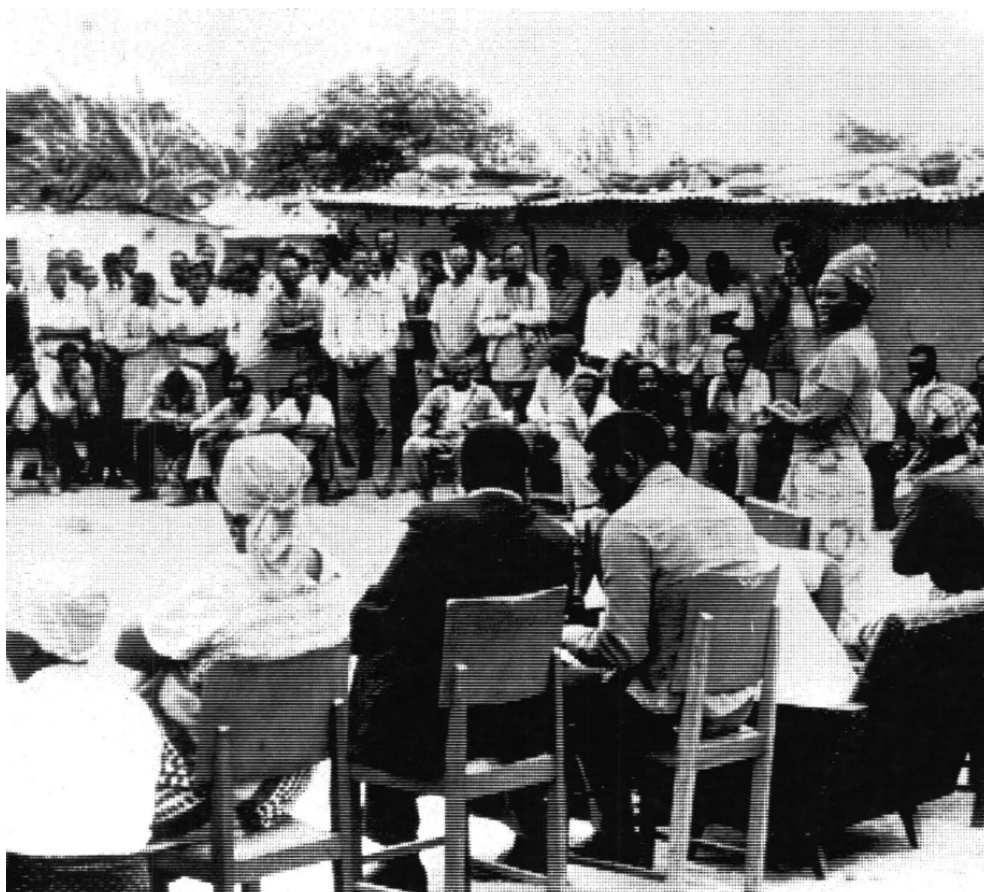


Figura4. Sessão participativa, Nairobi, Quênia.
(UN-Habitat)

Seguindo esta linha de pensamento, a rede de espaços públicos, é por onde a cidade cresce e é por onde a cidade irá criar memória através da permanência nesses mesmos espaços (Portas, 2013). A estrutura do espaço público, apresenta-se assim como referência da coletividade urbana e espaço de serviço de valor persistente, onde esta estrutura agrega e interage com outros sistemas urbanos: equipamentos, infraestruturas e a paisagem urbana (Brandão, 2017).

O carácter participativo

A participação comunitária apresenta-se como um eixo estruturador da ação cívica coletiva. Esta ideia é possível de se verificar em períodos anteriores à definição do conceito de participação comunitária, definido nos anos 50/60 (LNEC, 2013). O conceito visa agora a reflexão sobre as repercussões espaciais, partindo da análise das discrepâncias urbanas e regionais procurando reparar fendas da vida urbana e assumindo o papel de catalisador de mudança social.

Esta ferramenta imaterial de organização urbana, acrescenta valor humano pelo seu carácter multidisciplinar. Procura colocar os residentes finais como elementos mais próximos do processo de planeamento. O processo participativo, exige a clarificação e transparência entre todos os agentes e este deve ser de entendido por todos os intervenientes. O processo abrange a sociedade na sua diversa rede de organizações e grupos, incluindo desde grupos associativos de desporto, saúde ou cultura, mulheres, jovens e crianças e organizações políticas. Tendo estes diferentes interesses e níveis de envolvimento no processo de planeamento urbano (Martinez, 2011).

Procura-se neste ponto, perceber os níveis de participação que os diferentes agentes podem desempenhar no estabelecer-projetar do plano, e na estruturação do vazio externo que é o espaço público assim como entender as limitações e vantagens no uso da ferramenta da participação, e a viabilidade urbanística da mesma num contexto de subsistência económica e expansão urbana acelerada.

O diálogo entre os arquitetos e a comunidade no processo de planeamento defendido pela prática participativa dá-se pela sua qualidade de prospeção de bem-estar coletivo do processo. Aqui procura-se delinear um mecanismo de atuação que ofereça à comunidade uma possibilidade de futuro através do projeto participado e interdisciplinar.

Este envolvimento de *consulta pública* (LNEC,2013), pergunta por ideias dos agentes comunitários envolvidos no processo, antes que sejam definidas pelos arquitetos as hipóteses de intervenção.



Figura5. Programa GIME,
limpeza de estrada, São Tomé
(Telanon, 2014)



Figura6. Programa GIME, ca-
pinação, São Tomé (Telanon,
2014)



Figura7. Programa GIME, ca-
pinação, São Tomé (Telanon,
2014)



Figura8. Programa GIME,
pavimentação, São Tomé
(Telanon, 2017)

Esta intervenção dos técnicos em contexto construído e apropriado, justifica-se facilmente em situações onde existe já um descontentamento autorreconhecido pela comunidade.

Os técnicos podem pré-definir políticas específicas e recomendações, sendo que estas serão sempre definidas com base no reconhecimento da comunidade prévio levantado pelos mesmos. Este envolvimento seria o de *informação pública* (LNEC, 2013).

Segundo o Levantamento e descrição de métodos e técnicas do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) o nível de envolvimento num processo participativo, pode ser organizado em quatro níveis diferentes: *Informação pública, Consulta pública, Parceria e Autoajuda*.

1. Informação pública - A comunidade envolvida é informada sobre uma determinada decisão, sem que lhe seja dada a possibilidade de escolher ou debater acerca;

2. Consulta pública – Existe uma maior permeabilidade no processo. É permitida à comunidade a expressão e o debate de ideias acerca da temática mas a temática e o seu desenvolvimento futuro continuam a não envolver a comunidade como agente produtor.

3. Parceria – Existe aqui um desenvolvimento sincrónico dos processos. A comunidade participa em todas as etapas desde a decisão das temáticas a abordar até a sua implementação e monitorização.

4. Autoajuda – Neste nível a comunidade executa todas as fases sozinha – planificação, implementação e monitorização. É um nível totalmente autónomo de organização participativa.

Aqui, vale a pena acrescentar ou separar, a implementação e monitorização do nível de autoajuda, um outro nível onde a comunidade não se envolve na planificação, mas sim na implantação e a consequente monitorização. Sendo este o quinto nível de envolvimento onde a comunidade seria um meio importante para a eficiência económica, isto por se tratar de um contexto de escassez de recursos económicos. E ainda de ressaltar a importância deste nível de envolvimento para a unidade comunitária e sentido de reconhecimento mútuo.

Ver figuras 5. a 8.

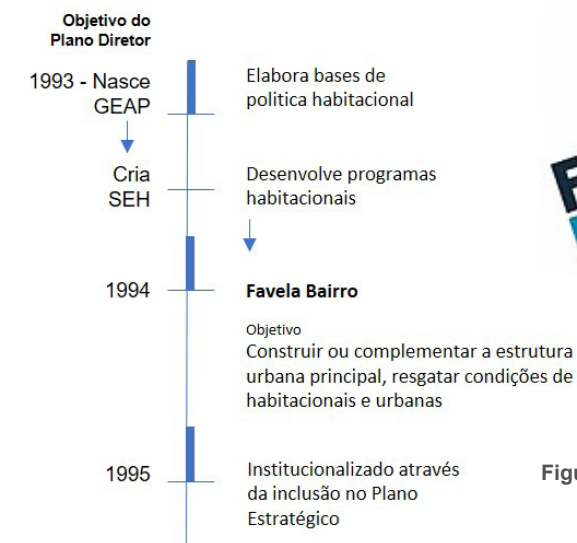


Figura9. Logo atual do plano municipal Favela Bairro (Wikipedia, 2017)

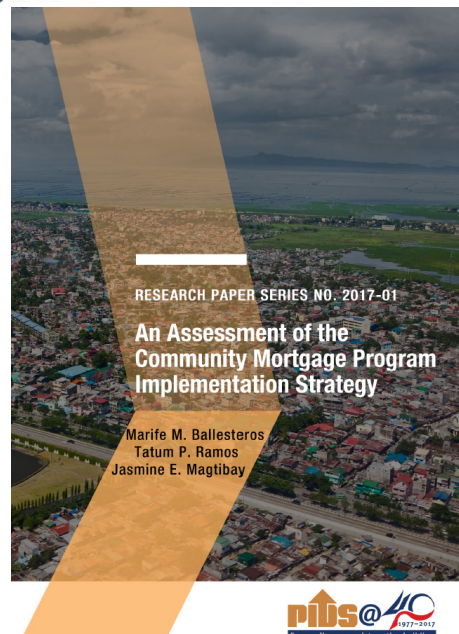


Figura10. Programa CMP Filipinas
(Phillipine Institute for Development Studies, 2017)

2.2 A construção do espaço público em cidades de contexto urbano acelerado e escassos recursos

Apresentados os fundamentos que suportam esta ideia de qualidade urbana, o espaço público, segue-se uma ordem de leitura com olhar retropectivo sobre ações tomadas com o fim de transformar a esfera política e o espaço público.

Interessa-nos neste ponto, através de casos de referência, refletir sobre intervenções urbanas no apelidado mundo em vias de desenvolvimento, com o foco a erguer-se sobre a conceção de espaço público e o seu carácter de instrumento, estruturador e participativo, no edificar da cidade.

No mundo urbano em vias desenvolvimento, que será mais à frente problematizado no contexto da África subsaariana, os subprocessos de assentamento da cidade têm nas áreas definidas como cidade formal e cidade marginal a sua máxima representação. Na maioria destes países africanos, os mecanismos formais de satisfação do contexto urbano em crescimento acelerado, têm falhado de forma sistemática. Mecanismos que convidam à participação e autoprodução, têm sido cada vez mais, vistos como solução económica para um problema de origem, também ela, económica (Berner, 2000).

A autoprodução dos assentamentos, segundo Berner (2000), não apresenta um problema (somente) associado à provisão habitacional como é recorrentemente abordado, mas a uma insuficiência de qualidade da parcela, apropriada pelo “proprietário” que irá auto construir habitação. Aqui referimo-nos a um instrumento público, capaz de provisionar uma estrutura de suporte físico e político, necessária para a vida na cidade. Fazem parte deste as infraestruturas de saneamento básico, equipamentos, infraestruturas de mobilidade e sociabilização cotidiana.

A percentagem de espaços dedicado a usufruto público é limitada e em parte dos casos, não existem mecanismos que assegurem a sua criação, proteção e manutenção. Agravando a situação, a ocupação desses espaços públicos, já limitados, contribuem para o aumento de espaços indisponíveis (UCLG, 2014). Procura-se assim aprofundar o conhecimento sobre a construção das novas extensões urbanas e a intervenção nestes tecidos urbanos pré-existent, que serão aqui sintetizadas de maneira a delinear a proposta de intervenção.

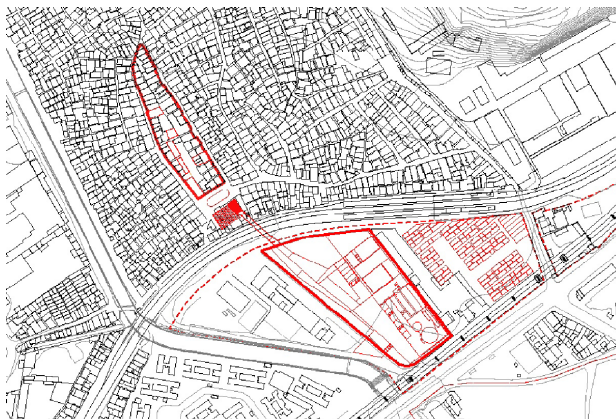


Figura11. Programa célula urbana,
Jacarezinho
(FAUUFPA, 2011)

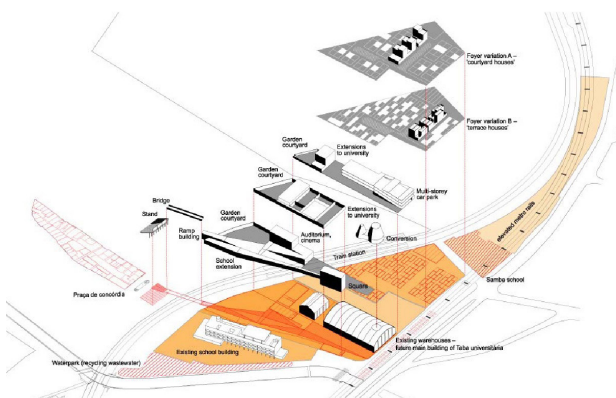


Figura12. Programa célula urbana,
Jacarezinho
(FAUUFPA, 2011)

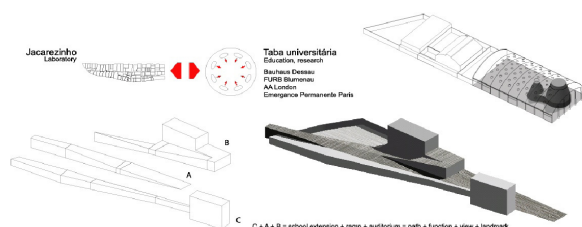


Figura13. Programa célula urbana,
Jacarezinho
(FAUUFPA, 2011)

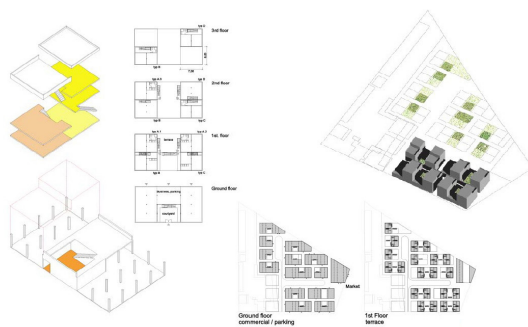


Figura14. Programa célula urbana,
Jacarezinho
(FAUUFPA, 2011)

A procura por um espaço público

ESPAÇO PÚBLICO PLANEADO (Estrutura material)

“Favela-Bairro – Célula urbana do Jacarezinho” (Rio de Janeiro, Brasil, 1994)

Ver figura 9.

O programa Favela-Bairro, institucionalizado em 1995, incorporando o Plano Estratégico, nasce das preocupações relativas a políticas habitacionais, determinadas pelo Plano Diretor em 1993 (Mendes, 2006).

O Favela-Bairro, visando suprimir as favelas de dimensão média (entre 500 e 2500 casas), incorporava já no Plano Estratégico, e aparece como parte da estratégia nº4 – Rio integrado, e projeto de ação. A descrição do projeto apresentada no plano é a seguinte:

“Melhorar as condições de vida nas favelas através da implantação de serviços básicos (lazer, saúde, educação, água, esgoto, energia elétrica, etc.) da requalificação de acessos e de regularização fundiária que permitam caracterizá-las como bairros” (Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, 1995).

Os projetos de intervenção do programa, foram selecionados através de um concurso público lançado em 1994, para a seleção de propostas metodológicas e físico espaciais relativas à urbanização (inicialmente) de 15 favelas no município do Rio de Janeiro. Estas propostas foram elaboradas por escritórios privados, sem vínculos com a administração pública (Mendes, 2006).

Nas propostas apresentadas, foi possível verificar linhas de ação concorrentes entre as variadas apresentadas, passando estas por objetivos centrais como, “*melhorias ambientais, planeamento integrado, integração, transformação e mobilização social da população atendida, valorização da identidade do local*” (Mendes, 2006 :120).

As propostas de intervenção previam ainda, a introdução de elementos urbanos catalisadores, propondo a criação de locais de convergência onde se concentrariam as atividades de comércio e de serviços, oficinas de formação profissional, capazes de estimular a criação de emprego.

Um carácter diferenciador, à data, do programa Favela-Bairro, deve-se ao imperativo do espaço público nas variadas propostas, prevendo “*praças, percursos lúdicos, criação de espaços e lugares polifuncionais para a prestação de serviços comunitários, geração de renda e convívio dos cidadãos e desenvolvimento de atividades de integração social*” (Mendes, 2006:122), geralmente associados à construção de equipamentos, definindo estes um elemento integrador e de continuidade nas fronteiras entre as duas lógicas,

a favela e o bairro.

O caso de intervenção do Jacarezinho, trata-se de uma das maiores e mais antigas favelas cariocas. Esta, antes do programa Favela-Bairro, já foi alvo de tentativa de demolição no início dos anos 40. E desde aí a área foi objeto de intervenções pontuais, quer pelos moradores, quer por outros agentes afetos ao contexto urbano, problemas que não foram confrontados nas intervenções anteriores ao Favela-Bairro, foram as mesmas que foram relatadas pela comunidade como sendo os principais problemas. Foram estes a segurança, a ausência de áreas de lazer e a inexistência de infraestruturas básicas.

Neste caso de intervenção do programa Favela-Bairro, interessa-nos a aproximação realizada, relativamente ao edificar do espaço público e equipamentos. Foram realizadas várias intervenções, destacadas em sete setores do bairro. Estes foram escolhidos tendo em conta as adversidades e particularidades que apresentavam para a comunidade. No caso do Jacarezinho os espaços públicos criados e a construção de equipamentos de uso coletivo foram tidas como principais elementos promotores da transformação do contexto local e da integração com o adjacente ao bairro. Os equipamentos, que tinham antes abordagens relativas ao uso, dadas a educação, saúde e assistência social, definem-se agora como espaços destinados a atividades recreativas. A própria localização dos equipamentos, anteriormente alocada no interior da comunidade, passa para os limites periféricos entre a favela e o bairro (Mendes, 2006). Afirmando o seu discurso de transformador e integrador do contexto urbano e social. Não estando voltadas estas intervenções, exclusivamente para o atendimento das necessidades internas da comunidade, realidade que tinha sido verificada até ao programa Favela-Bairro.

Ver figuras 11. e 12.

Ver figuras 13. e 14.

O seguimento desta estratégia de intervenção é dado através do projeto Célula Urbana, conceito desenvolvido em 1999 por uma parceria entre a Prefeitura e a fundação Bauhaus-Desseau. Este projeto, mais do que procurar uma simples urbanização das favelas, tem o objetivo de quebrar a exclusão, ermitir que a população da cidade formal frequente a favela. Para isso o projeto desenvolveu-se sobre dois objetivos metodológicos:

“O primeiro objetivo foi interpretativo: Como representar e narrar a estrutura, caracter e consciência do Jacarezinho, através da arte, design e educação, O segundo objetivo foi intervencionário e transformativo: Como criar a visão e modelo espacial para o desenvolvimento sustentável futuro?” (Foundation Bauhaus Dessau).

A primeira fase implementada é realizada com o intuito de consolidar e difundir o projeto piloto e encorajar a novas soluções. É implantada no limite da comunidade onde são demolidas nove casas e construído o núcleo experimental, a célula cultural do projeto (Idem).

A segunda fase diz respeito a construção de um acesso pedonal e à criação de um centro de transferência da companhia de limpeza urbana e à criação de um centro desportivo com ginásio. Esta ancora do projeto célula urbana do Jacarezinho agrega ainda espaços de atelier e comercio (centro de design e moda) e um centro de artes performativas e de recreação (idem). O projeto Célula urbana, atua como instrumento para atingir objetivos já traçados pelos Planos Estratégicos.

ESPAÇO PÚBLICO DE AUTO – PRODUÇÃO (Estrutura imaterial)

Philippines - ‘Community Mortgage Program’

Ver figuras 10.

O Community Mortgage Program (CMP), Manila, Filipinas (1988-1992), mudou o paradigma de intervenção, na provisão de alojamento e no reassentamento de áreas urbanas caracterizadas como slums que, segundo Berner, tornavam-se em medidas demasiado dispendiosas e insustentáveis. Com o realojamento a dar-se fora das cidades e em locais desprovidos de qualquer serviço e equipamento, bem como as demolições em massa.

Procura-se neste caso de referência, uma visão sobre a dinâmica e processo participativo entre os diferentes agentes e de como implementa-lo num plano estratégico, observando-a como uma estrutura imaterial capaz de desenvolver soluções, tendo por base o interesse publico (conseguido pela apropriação do solo). Defende-se ainda com este caso, que as soluções, ainda que precárias, conseguidas pelos proprietários ilegais ou informais, conseguiram ser mais eficazes que qualquer solução formal á data.

O programa é implementado com parcerias entre UDHA (Urban Development and Housing Act) e Organizações não governamentais (ONG). O CMP, consistiu na oportunidade dada aos residentes, de comprar o solo ocupado, ou ainda a compra de propriedade equivalente, isto variando com as prioridades do projeto. Nesta fase, não existiam obrigações de melhoria. Nas seguintes duas fases do programa destinavam-se, respetivamente, à infraestruturação do lugar (saneamento, construção de estradas, etc.) e à melhoria da habitação ou a própria construção (Berner, 2000).

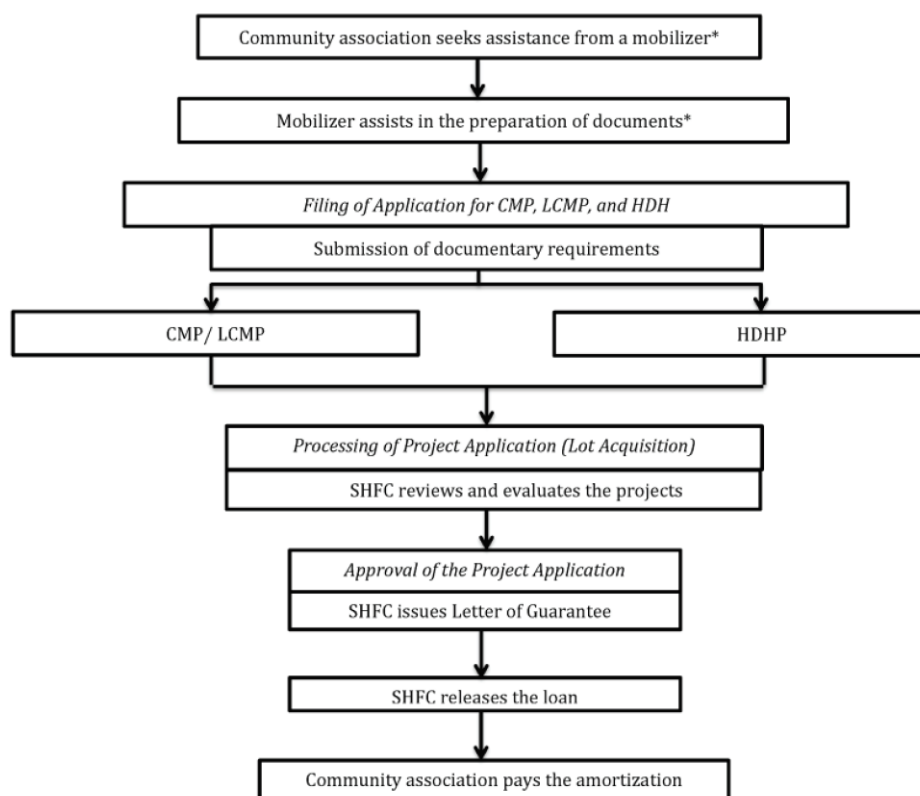


Figura15. Processo de aprovação de empréstimo (PIDS, 2017)

Purpose	Maximum Loan Amount	Monthly Amortization
Lot acquisition	100,000	685.30
Site development	30,000	205.59
Housing materials	120,000	834.60
Loan package	250,000	1,725.49

Figura16. Fases e propósito de empréstimo (PIDS, 2017)

Type of Mobilizer	Loan Amount (PHP)	Total Number of Projects	Distribution of Projects per Mobilizer (%)
Government corporation	1,766,400,322.10	284	13.6
Local government units	3,215,759,941.39	680	32.6
Nongovernment organizations	6,440,133,182.53	1,121	53.8

Figura17. Mobilizadores de associação de moradores para o CMP (PIDS, 2017)

Com a componente de um programa de crédito (Grameen bank scheme), os beneficiários, para a obtenção do mesmo, deveriam organizar-se em associações. A titulação do solo seria transferida assim para associações, ao invés de indivíduos. Este empréstimo deveria ser abatido em 25 anos. Neste ponto, as ONG desempenhavam um papel fundamental, que seria o de informar os residentes sobre as obrigações legais; registar as associações, assistir durante as negociações com o proprietário do solo (Privado ou público), oferecer serviços de consultoria, e servir como fiadores do empréstimo.

Ver figuras 15. a 17.

Para evitar problemas com o cumprimento do abate do crédito, é definido um tempo de recuperação para que os incumpridores, que caso não o cumpram, irão perder o direito ao solo. Uma segunda medida, garantida pela posição das ONG enquanto fiadoras, será o papel das mesmas de pressionar a associação dos residentes, que irá pressionar os seus membros em incumprimento.

O CMP tem contra a sua própria medida, questões que poderão tornar o projeto insustentável, visto que, quando tratado principalmente de propriedades privadas, o proprietário desistindo da expropriação, ira procurar por uma venda do solo a um custo demasiado elevado para o rendimento da maioria da população. No entanto ,a resistência ao reassentamento/realojamento favorecem uma pré condição para a implementação do CMP. Que resulta em casos, numa redução do valor de mercado em 80 ou 85% (Idem), Contribuindo assim para contrariar lógicas de ação dos atores urbanos e permitindo aos residentes na propriedade em causa, adquirir segurança.

O programa apresenta-se como uma estrutura imaterial capaz de envolver diferentes atores urbanos, Incluindo desde os utilizadores da parcela informal de terreno à administração local do território, como também é capaz de incluir atores externos á comunidade, neste caso através do apadrinhamento de organizações não governamentais. Esta estrutura participativa e de auto-produção afirma-se como chave para a estruturação do espaço público, garantido o direito ao solo urbanizado.

A estrutura semelhante ao sistema de apropriação de solo *Community Land Trust* apresenta-se aqui também enquanto mecanismo importante para a exequibilidade de qualquer medida de carácter sólido e com perspectivas de continuidade e longevidade de processos. Garantindo uma sustentabilidade económica e a consolidação e proteção de um capital social que de outra forma poderia ser colocado em risco.



Figura18. Rua no bairro do Riboque (Santos, 2019)

3. Expansão urbana acelerada na África subsaariana

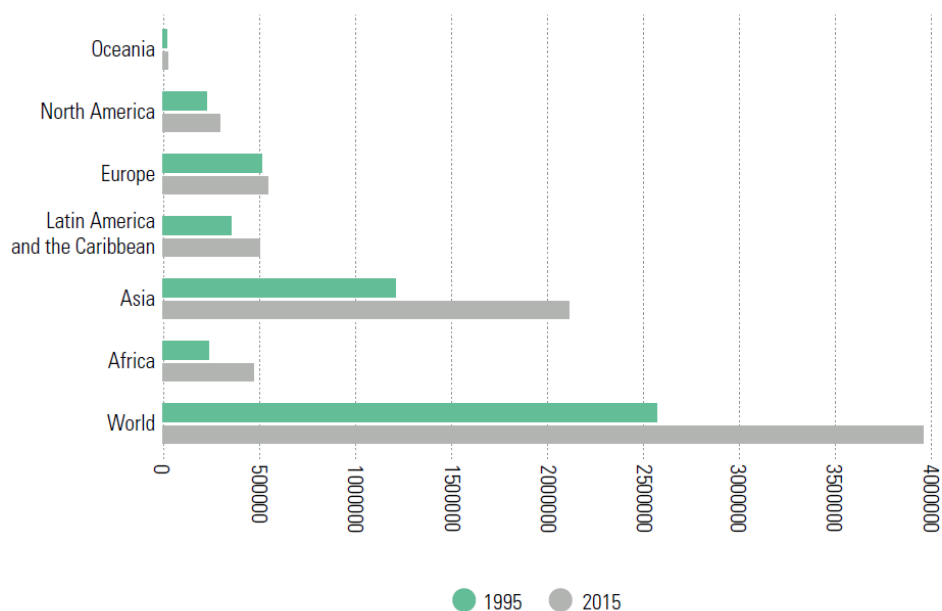


Figura19. Crescimento da população urbana entre 1995 e 2015 (WCR, 2016)

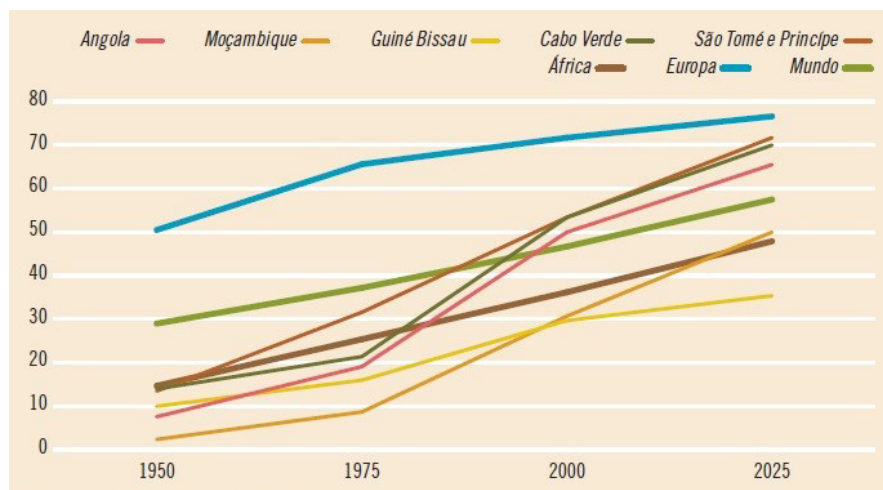


Figura20. Projeção de crescimento da população urbana entre 1950 e 2025 (WCR, 2016)

A população mundial tem tido, desde 1990, um crescimento acentuado nas áreas urbanas. A tendência não é nova, mas tem sido marcada pelo intenso crescimento do número de habitações. Segundo o World Cities Report (WCR) de 2016, o número médio anual de habitações construídas entre dois períodos (o primeiro de dez anos e o segundo de cinco 1990-2000 e 2010-2015 - foi de 57 milhões e 77 milhões respectivamente. Entre 1990 e 2015 a percentagem da população mundial a viver em áreas urbanas cresceu 11% estando em 2015 54% a viver em áreas urbanas.

Ver figuras 19.

Entre 1995 e 2015 a maior taxa de crescimento foi nas partes menos desenvolvidas do mundo, tendo aqui África destaque como região de urbanização mais acelerada, apresentando quase 11 vezes mais crescimento urbano que a Europa (WCR, 2016).

Dentro do continente africano, dar-se-á neste capítulo a atenção ao crescimento acelerado na África subsaariana. Neste contexto socio territorial, o crescimento urbano é caracterizado pela ausência e desarticulação de políticas urbanas favoráveis ao bem-estar social (Barata, 2018). Esta condição contribui para o aumento da discrepância entre os mecanismos de reprodução formais e os mecanismos de reprodução informais, aumentando a dificuldade de combater as desigualdades, injustiças e a pobreza (Fernandes, 2012).

O ritmo acelerado deste crescimento urbano não se reflete no emprego de índices urbanísticos. Aqui, o crescimento urbano é predominantemente autoproduzido e informal. Não sendo este um problema novo, afigura-se urgente nesta região, enfrentando desafios e ameaças de diferentes dimensões da vida urbana, tendendo para a consolidação de um contexto urbano precário e vulnerável.



Figura21. Comparação custo de vida entre a África subsaariana e outras regiões em 2011 (WBG, 2017)

A ferramenta desenvolvida pela Organização das Nações Unidas através do Habitat III, a New Urban Agenda, incorpora um dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, o objetivo 11. Este identifica um alvo de ataque sobre os problemas destes contextos urbanos. O alvo 11.1 tem como meta o ano 2030, altura para a qual se pretende garantir a segurança, casa, equipamentos e a capacitação destes assentamentos urbanos (WCR, 2016).

Os movimentos migratórios intensos e atraídos pelos centros urbanos, dificultam a satisfação de necessidades de infraestrutura, equipamentos ou a geração de rendimento procurada, devido ao crescimento populacional acelerado num curto espaço de tempo e à inexistência de estruturas capazes de assimilar o fenómeno urbano.

Esse movimento intensifica-se nas pequenas e médias cidades, daqui fazem parte aquelas com uma população inferior a um milhão de habitantes. Estas pequenas e médias cidades contam com 59% da população urbana mundial, e 63% da população urbana em África (WCR, 2016).

Prevê-se que a população urbana mundial em 2050 se aproxime dos 3.1 biliões de habitantes. Em alguns países africanos, a população urbana representa já mais de metade da população nacional. No caso do Gabão, por exemplo, 87% da população reside em áreas urbanas.

Ainda que se tenha notado um decréscimo proporcional da população a viver em assentamentos informais nos países em desenvolvimento, estima-se que a produção habitacional informal tenha tido nos países em desenvolvimento um aumento de 689 milhões em 1990 para 880 milhões em 2014 (WCR, 2016).

Neste contexto urbano de crescimento populacional explosivo, a geração de emprego em mercado formal é deficiente. Admite-se que entre 30% e 45% da população com idade ativa, esteja inativa, desempregada ou sub empregada.

Os custos associados à vida urbana para os seus residentes, tornam consequentemente a mão de obra, que é maioritariamente desqualificada, mais cara. Sendo estes desincentivos ao investimento, que por sua vez, fazem com que larga parte da população se enquadre no mercado informal, constituindo à margem do sistema legal uma estrutura própria da movimentação de recursos (Santoro, 2018).

Ver figuras 21.

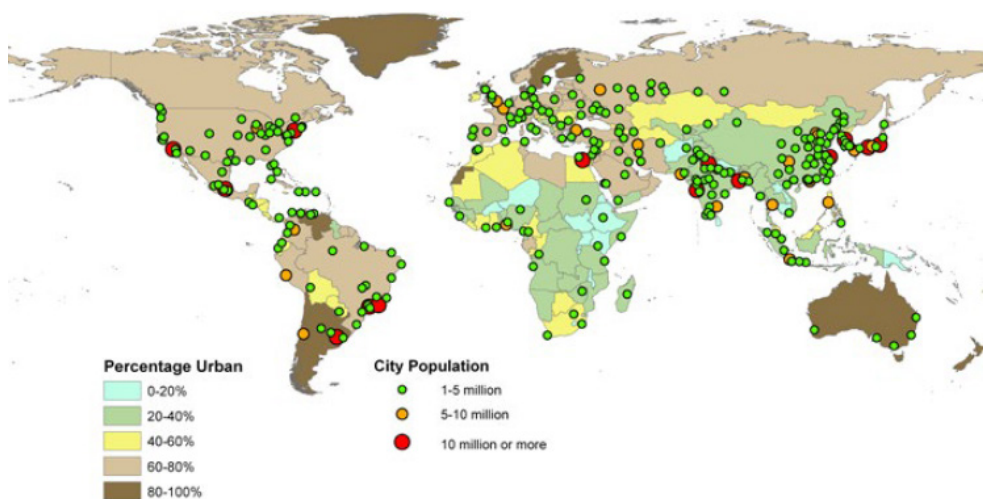


Figura22. Padrões globais de urbanização
1995 (WCR, 2017)

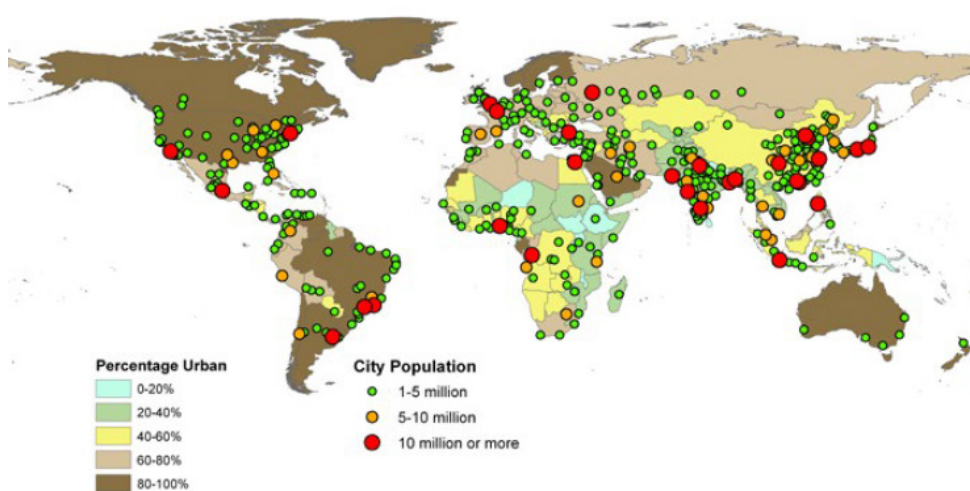


Figura23. Padrões globais de urbanização
2015 (WCR, 2017)

3.1 A precaridade urbana

É possível dizer que o assentamento urbano informal absorve uma classe populacional de poucos recursos e de migrantes rurais em particular. Ainda que existam exceções dentro deste contexto, este assentamento é um indicador de incapacidade de provisão de instrumentos urbanísticos estruturadores, e com tendência crescente na expansão do território, estes são ainda, um indicador da extensão da pobreza numa sociedade (Berner, 2001). A *“precariedade lida enquanto consequência dessa privação multidimensional e como resposta de carácter instável a informalidade percebida como ação, fenómeno ou mecanismo de reação a uma procura não inserida num sistema regulado”* (Fernandes, 2015: 329).

Estas soluções precárias de auto produção, características da cidade informal, não constituem um problema isolado, e nem com origens somente internas. Nestas cidades, o global condiciona o local. Isto quer dizer, que as dinâmicas da economia global se relacionam com estas áreas onde a pobreza impera, através da introdução de culturas de mercado da competitiva cidade global, destruindo possibilidades de trabalho, forçando o crescimento do número de pessoas a consolidar-se no setor informal, e afirmando uma forma de desenvolvimento urbano baseada na diferenciação socio económica de classes (Melo, 2016).

A apropriação, ilegal na maior parte dos casos, não tem na base da sua expansão a arbitrariedade. Esta apropriação dá-se nas falhas deixadas pelo desenvolvimento urbano, ocupando áreas onde ninguém quer construir. Estas dão-se ao longo das estradas, da envolvente dos aeroportos



Figura24. Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)



Figura25. Acesso pedonal, Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)



Figura26. Área de despejo de lixo, Ribeira de Água Porca (Autor, 2018)

dos canais de esgoto, das lixeiras, nas áreas de topografia acidentada etc. Áreas estas que sedimentam as vulnerabilidades a que já estão expostas as populações de renda económica baixa (Berner, 2001).

A precaridade começa na vulnerabilidade a que estão expostos estes assentamentos, dada a sua génese de apropriação que em grande parte é informal. A propriedade do solo é um ponto de início para o estado letárgico de iniciativas e o consequente acumular de soluções sustentáveis. Os assentamentos ilegais são vistos como uma violação dos direitos da propriedade pública ou privada, e a necessidade de uma violenta restauração dos direitos é uma solução óbvia. O que leva facilmente a soluções de demolição em massa (Berner, 2001).

Para lá da questão fundiária, a população residente nestes assentamentos informais é caracterizada por diferentes níveis de privação aos benefícios oferecidos pela urbanização. Como a “*diversidade do uso do solo (habitação, equipamentos, atividades económicas, serviços, lazer), qualidade ambiental (habitação adequada, infraestrutura básica, gestão de resíduos, espaços públicos de qualidade), acesso a transportes, estímulo cultural e diversidade socio económica*” (Melo, 2016: 622). Berner faz uma síntese desta privação, no que toca à qualidade das habitações e às dimensões da pobreza.

A pobreza, no contexto urbano, existe em contraste direto com a saúde, modernidade e progresso. Ela está justaposta com a segregação física. Ainda que não seja restrita aos enclaves informais, ela é aqui fortemente concentrada (Berner, 2001).

O fundamento prévio das migrações rurais, de “*agarrar a oportunidade*”, é em si, um pensamento precário, põe de lado ideia de direito à cidade (idem.). Estes não tendo direito ao solo urbano, não fazem parte da cidade. A cidade não se faz capaz de oferecer soluções para um problema originado na, e mesma. Ela consolida-se aqui, como cidade fechada, um benefício restrito.

Housing as <i>factor</i> of poverty	Lack of quality, infrastructure and services	<ul style="list-style-type: none"> • Quality of life affected by crowding, noise, dirt, pollution, garbage, inadequate facilities • Health affected by lack of sanitation, unsafe water supply • Future prospects affected by restricted access to education
	Insecurity	<ul style="list-style-type: none"> • Even households capable of coping at present may be thrown into emergency by evictions (loss of assets, inaccessibility of income sources)—<i>vulnerability</i>
Housing as <i>indicator</i> of poverty	Lack of quality, infrastructure and services	<ul style="list-style-type: none"> • Reliability: only poor household can be expected to accept the above conditions
	Insecurity	<ul style="list-style-type: none"> • <i>But:</i> Research reveals that <i>not</i> all residents of informal settlements are poor
Housing as <i>cause</i> of poverty	Lack of quality, infrastructure and services	<ul style="list-style-type: none"> • Lack of infrastructure (electricity, water, accessibility) is a liability for enterprises • Bad reputation may put off potential customers
	Insecurity	<ul style="list-style-type: none"> • Investments, particularly in immobile assets and environmental upgrading, are prevented by the risk of demolition

Figura27. Dimensões da pobreza

habitacional (Berner, 2001)

Espaço público como fator de pobreza	Infraestrutura: saneamento, social, mobilidade e ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de resíduos ineficiente, subaproveitamento de recursos, poluição, sistema ecológico vulnerável - Abastecimento de água inseguro, saneamento débil - Acesso restrito a educação, subaproveitamento de recursos humanos
	Economia urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Sedimentar de externalidades negativas - Vulnerabilidade fundiária
Espaço público como indicador de pobreza	Infraestrutura: saneamento, social, mobilidade e ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento urbano ineficiente - Desarticulação de medidas - Centralização do planeamento
	Insegurança	<ul style="list-style-type: none"> - Discriminação, segregação - Vulnerabilidade física (Saúde) - Migração urbana
Espaço público como causa de pobreza	Infraestrutura: saneamento, social, mobilidade e ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de infraestrutura (saneamento, mobilidade, abastecimento de água, eletricidade) - Estigmatização
	Direito urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Exclusão dos diferentes agentes nas decisões da vida pública - Conflitos de propriedade

Figura28. Dimensões da pobreza pública

(Autor, 2018)

O espaço público face as adversidades da pobreza urbana (em jeito de conclusão)

Procurou-se aqui uma reinterpretação da leitura de prioridades que têm caracterizado os paradigmas de intervenção nos contextos urbanos autoproduzidos, defendendo o espaço público enquanto principal instrumento de combate à precaridade urbana. O espaço público é um indicador qualitativo urbano e o principal objetivo da vida coletiva.

O quadro apresentado procura realizar uma síntese deste suporte urbano, enquanto indicador das diferentes dimensões de pobreza: Infraestruturas, Direito urbano e Economia urbana. Procura reconhecer as lacunas do assentamento informal enquanto potencial sistema de ordem urbana. Justificando o espaço público como espaço de direito, e principal instrumento urbano capaz de combater as disparidades internas e o aumento da pobreza. O quadro segue a lógica de Berner, intitulando-o assim, dimensões da pobreza pública.

Ver figura 28.

O olhar sobre a estrutura pública não procura a desvalorização do espaço privado. Pelo contrário, a estrutura pública é o que permite que a vida privada aconteça, oferecendo mecanismos possíveis de mitigação da escassez individual, tendo a ferramenta da participação comunitária, um papel fundamental, não apenas para o reforço do sentido de comunidade e democracia do planeamento, mas igualmente importante para estes contextos, um mecanismo económico viável para a construção da cidade.

Através do caso de referência de Manila, CMP, verificou-se a possibilidade de encontrar mecanismos de regulação da propriedade do solo através da estruturação do espaço público, e verificou-se como a ação coletiva é imperativa para solucionar estes territórios marginalizados. Uma ação coletiva que só é possível por via do acesso ao solo urbanizado.

4. O distrito de Água Grande

Figura29. Localização São Tomé; equadramento populacional (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

Enquadramento geográfico

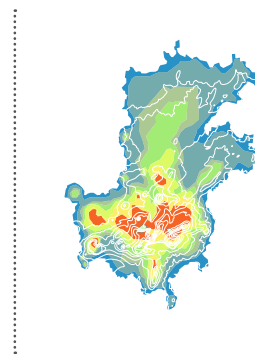
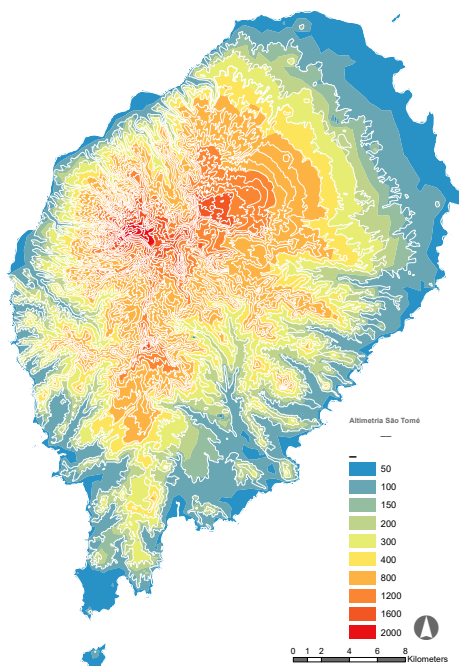
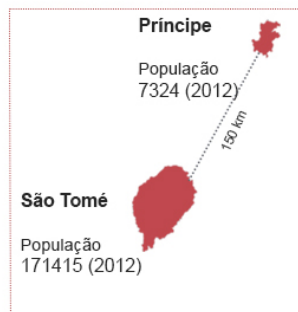


Figura30. Altimetria São Tomé e Príncipe (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

4.1 ENQUADRAMENTO E EXPANSÃO DA CIDADE

Circunscrição política e económica

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (independência reconhecida em 1975), é um país insular localizado no Golfo da Guiné com área total de 1001km². Este microestado divide-se em duas ilhas, São Tomé (859km²) e o Príncipe (~150km). Para além destas duas ilhas existem ainda ilhéus que compõem o seu domínio administrativo – Rolas, Sete Pedras, Santana, Cabras, São Miguel e Coco.

Ver figura 26.

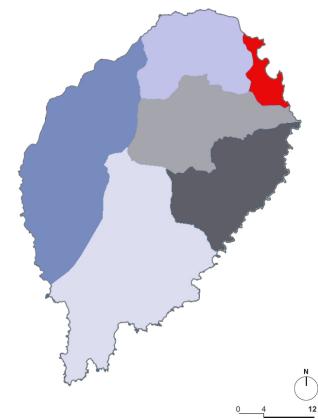
A descoberta e povoamento desta ilha colinear à linha vulcânica dos Camarões, é referenciada como descoberta da capitania Portuguesa (1470-1472). É declarada como colónia portuguesa a 1522, situação que se irá manter até 12 de julho de 1974, altura em que é declarada a sua independência.

A sua herança histórica está assente numa estrutura agrícola que se pode dividir em dois grandes ciclos culturais: *“ciclo do açúcar (XVI-XVII), ciclo do café e do cacau (XIX-XX) (...) necessidade de recursos humanos que assegurassem a produção agrícola nas roças foi o principal impulsionador das várias estratégias de povoação do arquipélago”* (Guedes, 2015).

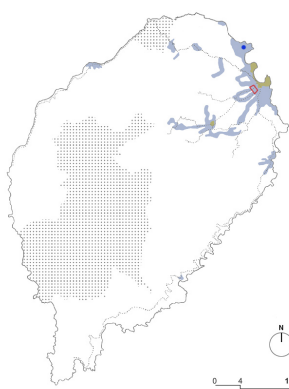
A independência trouxe consigo novos desafios dado o fim a era colonial. O país iniciava um novo caminho após o agressivo processo de descolonização, com a transferência de poder governamental até 1990, numa estrutura monopartidária assumida pelo Movimento para a libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Com o reperfilamento administrativo, acentuando a destituição da grande parte dos portugueses brancos e cabo-verdianos, altera-se também a estrutura económica assentada na agricultura. A *“dificuldade em manter a pesada estrutura das roças levou, desde então, a uma série incoerente e improfícua de decisões políticas - nacionalização, tentativa de devolução aos antigos proprietários, contratos de gestão com estrangeiros, parcelamento e distribuição de terras”* (Carvalho; Dias:174). O país depende hoje essencialmente de financiamento externo e da ajuda internacional no que se refere ao investimento público e a urbanização do território. Acredita-se num estado de transição que culminará em um novo ciclo, desta vez com destaque para a exploração petrolífera e a atividade turística a afigurarem-se como potenciais estruturadores económicos.



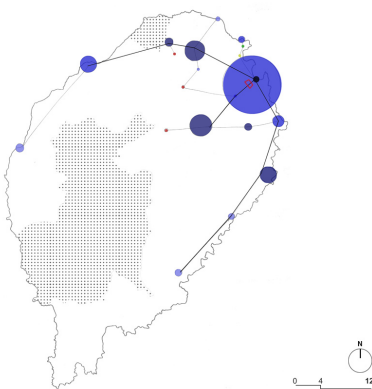
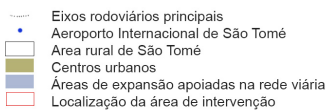
Figura31. Pico Bobo Forro (Autor,2018)



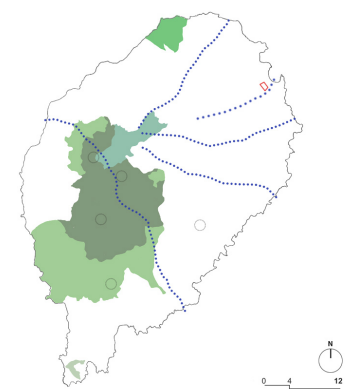
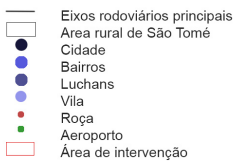
DIVISÕES ADMINISTRATIVAS



INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SÃO TOMÉ



INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SÃO TOMÉ



ESTRUTURA ECOLÓGICA E ÁREAS PROTEGIDAS (PNOT)

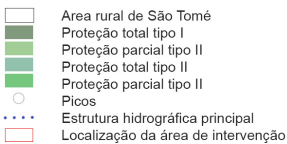


Figura32. Diagramas territoriais da ilha de São Tomé (Autor/ com base em suporte IMVF, 2018)

Circunscrição territorial e climática

A ilha de origem vulcânica teve formação no período cretáceo superior. Geologicamente caracterizada pela sua génese eruptiva, a ilha apresenta maioritariamente o basalto na sua composição base. O território sinuoso é marcado pela presença de montes, picos e vales, conferindo um enclave natural singular encoberto pela sua abundante vegetação.

Ver figuras 31.

A chuva grossa que é característica do clima equatorial das ilhas, levou a uma erosão severa e as montanhas são hoje esculpidas por cascatas e rios. Destes rios (localmente apelidados por águas) atravessa o distrito de Água Grande o rio de água grande, maior e único rio do distrito (Hodges; Newit, 1988).

Em Água Grande, distrito que se encontra mais a norte na ilha, as temperaturas apresentam-se mais altas relativamente às áreas de maior altitude e austrais. Nas faixas costeiras, a temperatura média anual ronda os 27°C e 18°C nos pontos de maior elevação.

O arquipélago, ainda que de dimensões geograficamente reduzidas, exhibe características climáticas diversas. Variando de áreas de aridez a humidade intensa.

A gravana, periodo mais seco e insolado, desenvolve-se entre Junho e Setembro, a outra estação compreendida entre Outubro e Maio é a mais quente e húmida. O clima do arquipélago proporciona temperaturas médias de 20°C e 30°, na gravana e na estação húmida respetivamente, tendo uma temperatura média anual de 25°C (Fernandes, 2015).

Circunscrição urbana e social

Desde o início do povoamento à espacialização dos assentamentos que se afigura hoje, o território administrativo de São Tomé e Príncipe é justificado pela sua reprodução de carácter exploratório. Os ciclos económicos reproduzidos, como anteriormente citado, configuram as estratégias de rentabilidade do território com repercussões na sua dimensão socio-espacial.

À semelhança da ocupação colonial portuguesa de outras ilhas atlânticas, onde o povoamento inicial se deu em baías dadas as suas condições de porto natural, em São Tomé o povoamento conclui-se na Baía de Ana Chaves sob a capitania de Álvaro Caminha em 1493, junto à foz do rio de Água Grande. Esta posição apresentava vantagens: para o acesso a água potável, pela facilidade de penetração para o interior da ilha e ainda as condições topográficas para porto de comércio.



Figura33. 1ª fase de desenvolvimento (Bragança, 2008)



Figura34. Forte de São Sebastião (Revista Militar, 2011)

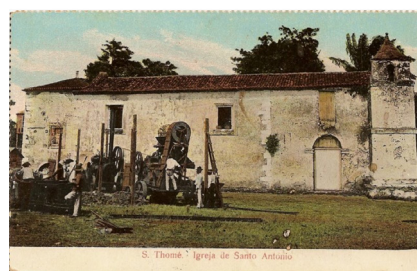


Figura35. Igreja de Santo António (MAO, 1908)

Aproximando-se mais um final de ciclo., em 1913 atinge-se o pico de exportação do cacau, devido à maior concorrência de outros produtores, à menor procura internacional e também à erosão dos solos.

A tendente e repetida estratégia económica especializada na exploração de um produto lucrativo, tornaram este território bastante vulnerável às dinâmicas mundiais.

No período pós-independência, são dadas alterações a estrutura socioeconómica e fundiária do território, nacionalizando cerca de 86% das propriedades agrícolas da área total do território. Com a queda dos rendimentos provenientes da produção agrícola a população migraria para a cidade procurando o acesso a novas oportunidades de rendimento, a novos bens e novas relações sociais que a capital (São Tomé) da micro insularidade, oferece, produzindo em um crescimento urbano significativo e de continua cristalização.

Circunscrita a situação global do território, prosseguimos com uma análise histórica do desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé. Desde a sua povoação no sec. XV, ao princípio do séc. XX dividindo-se assim nas quatro fases apresentadas por Bragança (2009). O povoamento, o desenvolvimento urbano, a expansão da cidade e a consolidação.

Primeira fase

Como referido anteriormente, a povoação tem início na baía de Ana Chaves. A primeira tentativa de fixação foi registada em 1486 sob a capitania de João de Paiva. As condições topográficas e o elevado número de infeções palúdicas, fizeram da primeira tentativa de fixação uma ação sofrida. Em 1492, já com mudança de capitania, é iniciado o processo de colonização da ilha por D. Álvaro Caminha de Souto Maior, fazendo-se acompanhar para a difícil missão de domesticação do território, por uma diversificada rede de recursos humanos, estes meios eram na época, crianças judias, a indivíduos condenados à morte. Justificados por uma política de compensação ao baixo índice demográfico, que tinha na altura, Portugal, incapaz de fazer face ao processo de exploração económica (Bragança, 2009).

Ver figuras 33.

Nesta fase, a par de outros processos de povoamento de ilhas atlânticas originalmente portuguesas, o lugar escolhido para a implantação inicial é caracterizado pela fixação numa baía abrigada, oferecendo as melhores condições para a função natural de porto; nas suas extremidades a construção de uma fortaleza capaz de defender a entrada no porto e na cidade e o desenvolvimento para o interior ao longo do rio de Água Grande. O rio



Figura36. Alfândega e parte da ponte (MAO, 1911)



Figura37. Vista sobre a ribeira de Água Grande RDSTP

que se apresenta aqui, constitui um elemento estruturante na implantação da cidade, garantindo o abastecimento de água potável á população.

Apoiada por um desenvolvimento económico suportado pela produção açucareira e pelo comércio de escravos, as primeiras construções, existentes no principio do sec. XVI e que marcam esta primeira fase de desenvolvimento da cidade, constituem-se, pela Torre de vigilância, estrutura de defesa externa, e instituições de cariz religioso. “*As igrejas de Santa Maria e de S. Francisco, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, a Igreja da Conceição e a Igreja e Hospital da Misericórdia*” (Bragança, 2008: 36). Nas suas imediações, surgiriam construções elementares da cidade de São Tomé, como os espaços de armazenamento do açúcar, o porto e as casas dos primeiros habitantes. Que por 1560-1570 já rondavam os 700 fogos.

Ver figura 36.

Outro elemento que se afirma nesta altura, estruturante do aglomerado, é a rua que virá a conectar, no principio do sec. XVII, o porto (atual praça da independência), á fortaleza de S. Sebastião. Esta, apelidada de Rua da Direita, ou Rua Grande, desenvolve-se na costa paralelamente ao mar, afirmando-se como elemento urbano estruturante da futura cidade de São Tomé (Idem).

Ver figura 37.

Segunda fase

O porto, é o núcleo pelo qual se desenvolve a cidade, juntamente com a Rua Direita. A intensa atividade mercantil intrínseca à sua tipologia (porto), marca também os seus edifícios circundantes de funções associadas, como o caso da alfândega, localizado nesta altura junto ao cais e da feitoria, com a função de controlo do comércio de escravos (Idem). A Rua Direita, faz a ligação entre elementos urbanos de elevada importância, como já referido. Esta, é o elemento gerador do tecido urbano, que na sua segunda fase acompanhará toda a extensão da baía, conectando a fortaleza de S. Sebastião, atravessando o rio de Água Grande, e no extremo poente encontra a igreja de S. João. É definida através dela uma hierarquização viária, sendo as travessas perpendiculares a esta eixos definidores do loteamento.

Ver figura 37.

As igrejas afirmaram-se estruturais na expansão e exploração do território urbano. Para além das existentes no núcleo da cidade, foram construídas ainda a Igreja de Madre Deus, concluída em 1631 que por exemplo dista cerca de dois quilómetros do núcleo.

A fortaleza, surge como mais uma estrutura de defesa externa, reforçando assim a defesa da cidade, que era até 1575 assegurada pela Torre.

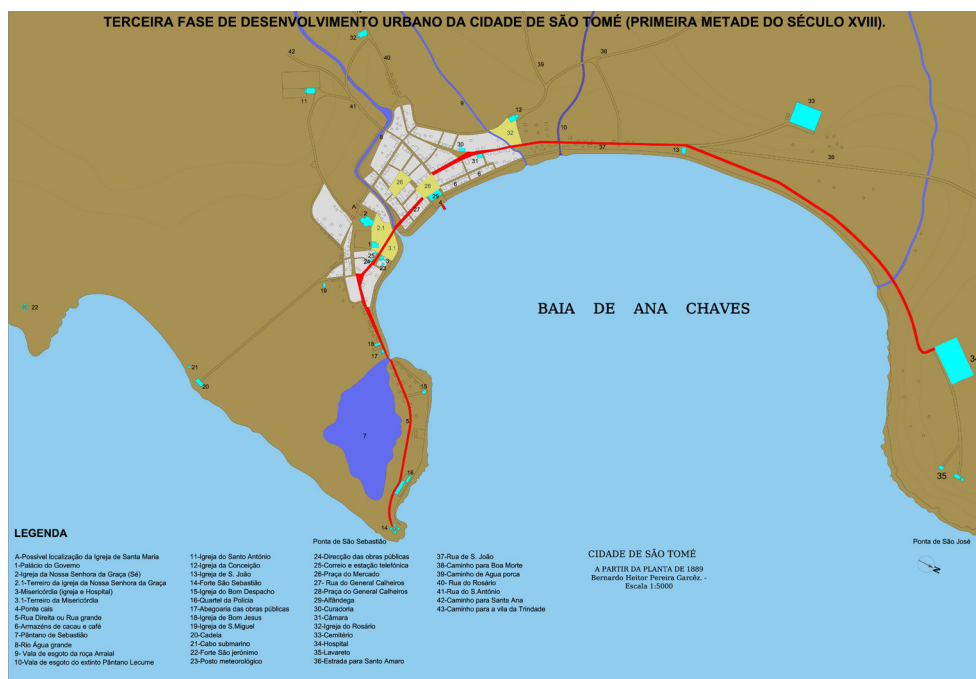


Figura38. 3ª fase de desenvolvimento
(Bragança, 2008)

Terceira fase

Nesta fase, compreendida entre o final do século XVI e o início do XVII, a cidade é marcada por um processo de reabilitação posterior a um período de instabilidade, consequente dos ataques “*dos corsários e as crises internas, que resultaram na da destruição de igrejas, engenhos de açúcar e alguns edifícios de maior relevo na cidade*” (Bragança, 2009: 45). Acrescenta-se ainda, que com a competitividade, agora estabelecida pelo Brasil, produzindo açúcar de menor qualidade, mas mais rentável, os proprietários vão abandonando os seus engenhos, o que estagna este território uma vez que estas produções são no momento a força económica na ilha.

Segundo Bragança (2009), este processo de reabilitação marca o desenvolvimento urbano em duas vertentes: a expansão da cidade no seu traçado regular que hoje corresponde à área de traçado colonial, e a extensão do tecido para o interior afastado do núcleo urbano central, utilizando novamente os edifícios significativos e igrejas como ancoras desses novos lugares. Estas novas vias de acesso a pontos exteriores ao núcleo, serão a base para o desenvolvimento posterior.

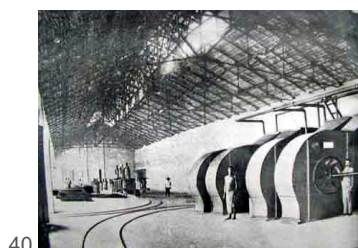
Ver figura 38.

A primeira vertente, aponta para uma modernização da cidade, isto, estética e funcionalmente justificados pelo aumento populacional e a necessidade de dar resposta a questões de insalubridade, segurança da cidade, regulamentação das intervenções e planear novas extensões urbanas.

A segunda vertente acrescenta uma maior complexidade às redes viárias, irradiantes, segundo a análise de Bragança, de largos ou praças. Estes largos vão surgindo de processos de estruturação de espaços livres e terreiros, pontos de concentração de pessoas e atividades. Dos largos reconhecidos nesta fase, podem identificar-se variados. Sendo o mais importante deles, aquele circunscrito pela Torre, pela Misericórdia e pela Sé.

Quarta fase

Alcançada a última fase, compreendida entre o início do século XIX ao início do século XX, a cidade de São Tomé atinge um desenvolvimento urbano suportado por um novo ciclo económico o ciclo do cacau e do café, iniciados no séculos XIX e XX respetivamente. Essa atividade trouxe infraestruturas de apoio, como a linha férrea, estrutura importante para o transporte da mercadoria entre roças e dependências, e entre roça e cidade. Estas ferrovias, no século XX tornar-se-iam base para o plano rodoviário da ilha.



43.

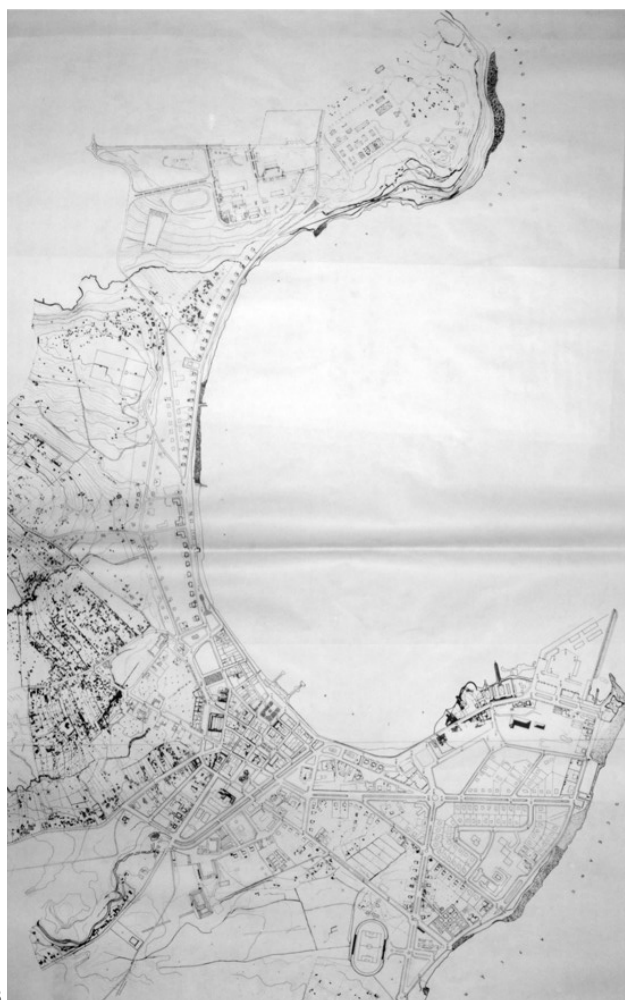


Figura39. Fotografia Cacau (Autor, 2018)

Figura40. Armazém e secador mecânico de cacau (RDSTP, ano desconhecido)

Figura41. Transporte de cacau (RDSTP, ano desconhecido)

Figura42. Esboço da distribuição fundiária com marcação da linha férrea (Carvalho, 1971)

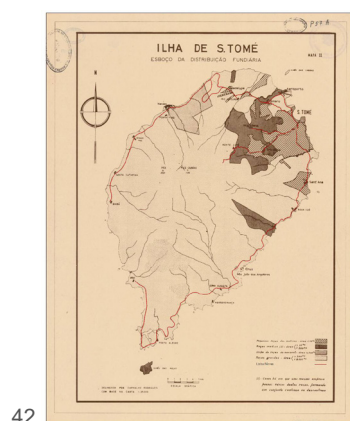


Figura43. Situação existente, São Tomé (Autor desconhecido, 1950)

O novo porto surge da necessidade de apoio à importação, sendo que o primeiro, munido apenas de três guindastes a vapor, servia apenas para a exportação.

O processo neste período é de reorganização e preenchimento do tecido urbano, isto, tanto no tecido do núcleo urbano, como nas suas imediações. A Direção de Obras Públicas e o quartel da polícia e cabo submarino, são exemplos de intervenções significativas respetivas aos dois traçados urbanos.

No que se refere à expansão para o interior da ilha, os assentamentos foram pousando nas margens das vias de acesso. Contrariamente a esta lógica de penetração no interior, surgem pontualmente nos finais do século XVIII a “*criação de vilas paroquiais como a da Trindade, Santana, Guadalupe, Santo Amaro e Madalena*” (Bragança, 2009:52), sendo que estas vilas não configuram naquilo que é hoje o território administrativo de Água Grande.

O objetivo de saneamento da cidade, foi materializado através do plano urbanístico de João António de Aguiar, administrado sob a governação do Tenente-coronel Carlos Sousa Gorgulho (1940’s). Este pretendia a construção de uma nova estrutura urbana, projetando novas avenidas, jardins, aterro de áreas pantanosas, moradias e edifícios significativos.



4.2 A ATUALIDADE URBANA DE SÃO TOMÉ

População nacional: 201784 (INE) | IDH: 0,589 (PNUD) Densidade populacional: 3mil/km2 (PDADD) | População em assentamento informal: 86,6% (PNUD) | Área distrito de Água Grande: 17km2 | População distrito de Água Grande: 73091 (2012) | Taxa crescimento populacional urbano: 3,6% **Indicadores globais**

O desenvolvimento urbano em São Tomé e Príncipe tem-se manifestado através de mecanismos maioritariamente privados, individualizados ou coletivos (mas sempre individuais na sua capacidade estruturadora do território da cidade). Essa base de desenvolvimento tem-se demonstrando vulnerável, dado o contexto económico débil e as disparidades sociais que aqui se afiguram.

Água Grande, distrito onde se encontra a capital, São Tomé, vai revelando características e semelhanças a fenómenos urbanos que afetam muitas das emergentes cidades africanas. À semelhança destas, também Água Grande ainda que a uma escala reduzida, estes problemas fazem-se urgentes *“devido a sua proporção e a pressão colocada na estrutura espacial e socioeconómica, face não só a um crescimento intenso das áreas urbanas, mas essencialmente do sector populacional mais carenciado”* (Fernandes, 2015: 307).

A pressão sobre a estrutura espacial existente, advinda de um crescimento populacional intenso, tem balizado a matriz de crescimento da malha urbana colonial da cidade. A desproporção entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de elementos estruturantes da malha urbana (vias, equipamentos, espaço público, infraestruturas básicas) é enorme. Os novos assentamentos informais e autoproduzidos apoiam-se sobre uma estrutura herdada, e que é hoje insuficiente na sua capacidade de suporte para a vida urbana de Água Grande.

A frágil administração do território e a inexistência de instrumentos de gestão urbana (existe um Plano Diretor de Distrito para Água Grande 2015, sendo que este não vigora e nem pode ser consultado por falta de aprovação pelo atual governo), abrem espaço para uma ocupação urbana livre de obrigações, carente de mecanismos cooperativos e regrada apenas pelas necessidades e oportunidades de cada ator urbano. Esta ocupação reflete-se na coexistência e nas diferentes lógicas de ocupação do território: *“áreas de expansão informal; área de expansão através de loteamento habitacional; focos de promoção imobiliária para elevados escalões socioeconómicos”* (Fernandes, 2015: 309).

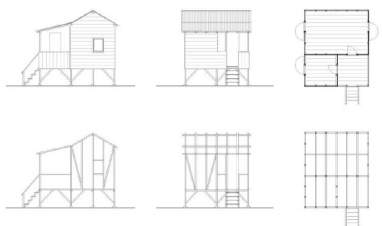
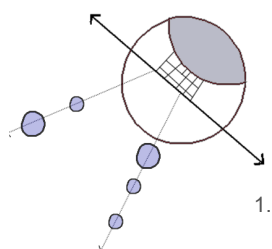


Figura 44. Esquema de estrutura de habitações (Fernandes, 2015)

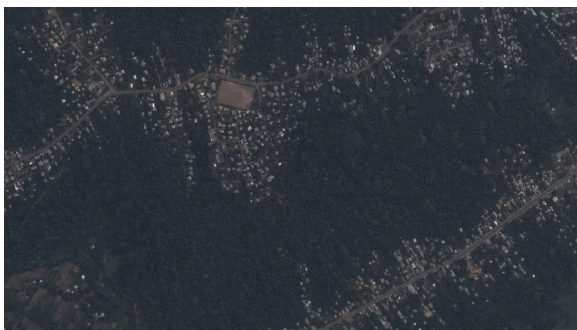
Figura 45. Exemplo assentamento em área de densificação urbana (Elíana, 2018)



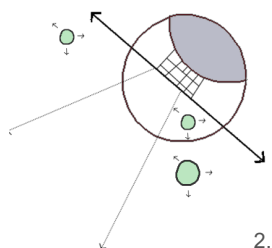
Figura 46. Dinâmicas de expansão territorial (Autor/ com base em imagem Google Earth , 2018)



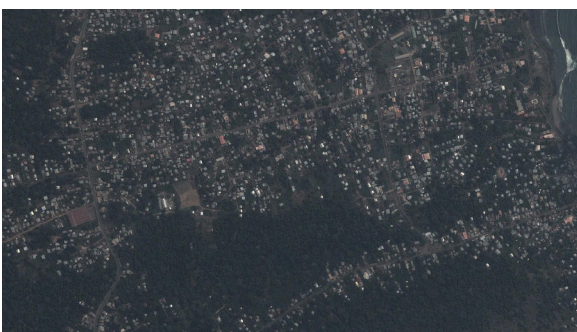
1.



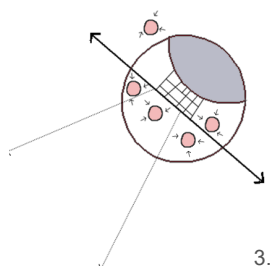
1. Expansão linear



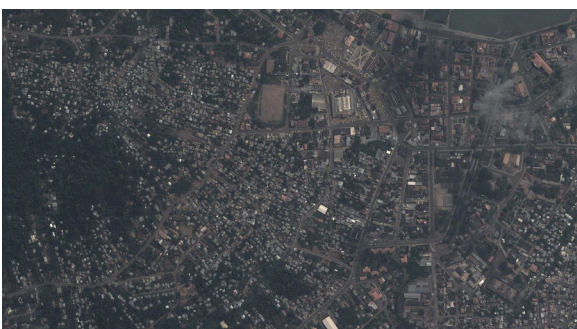
2.



2. Colmatção



3.



3. Densificação

As áreas de expansão urbana, caracterizadas por um domínio funcional, essencialmente residencial, opõem-se a área central da cidade. Neste núcleo colonial concentram-se os principais equipamentos e serviços urbanos, acentuando a periferização e as disparidades sociais no acesso a estruturas públicas.

O crescimento do número de assentamentos urbanos, obedece a diferentes dinâmicas de expansão: expansão linear, colmatção, densificação e fração (Fernandes, 2015:313). A expansão linear é atraída pelas vias de circulação, potenciadoras de dinâmicas comerciais e de contacto entre os seus utilizadores. A colmatção, que acompanha a expansão linear, reside num processo de ocupação dos seus espaços intersticiais. A densificação do tecido informal, caracterizada pelo aumento da densidade habitacional do território, justificada através de mecanismos de rentabilização monetária ou do espaço, subdividindo lotes, expandido as construções e também com o subarrendamento a apresentar-se como um mecanismo de rentabilização. A fração apresenta-se também como matriz da expansão do território, caracterizada pelos contrastes relativamente ao seu entorno e pela forma dura e impermeável com que se relaciona com o tecido urbano (Fernandes, 2015).

Ver figura 46.

Caracterização do tecido urbano autoproduzido

As extensões do território, maioritariamente informais representam a situação urbana presente em São Tomé. Em Água Grande, estas áreas periféricas ao centro urbano têm na base da construção dos seus assentamentos, escolhas pautadas pela lógica de necessidade. O acesso a recursos económicos escassos, característico do contexto urbano, dificulta a intervenção de carácter perene e consolidada. A escolha dos materiais para a construção da casa, bem como a sua dimensão, estão limitados principalmente a uma lógica de necessidades. Fernandes (2015) acrescenta, ainda que existe também uma lógica de preferências, relativamente à escolha do material de construção, sendo o mais frequentemente utilizado, a madeira. Esta escolha é determinante para a autossuficiência térmica e higiénica da habitação, pela tipologia construtiva ou até pela possibilidade de “*construção evolutiva*”.

Estas construções, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) estão desprovidas, em grande parte, de infraestruturas, com cerca de 76,4% das habitações sem abastecimento de água

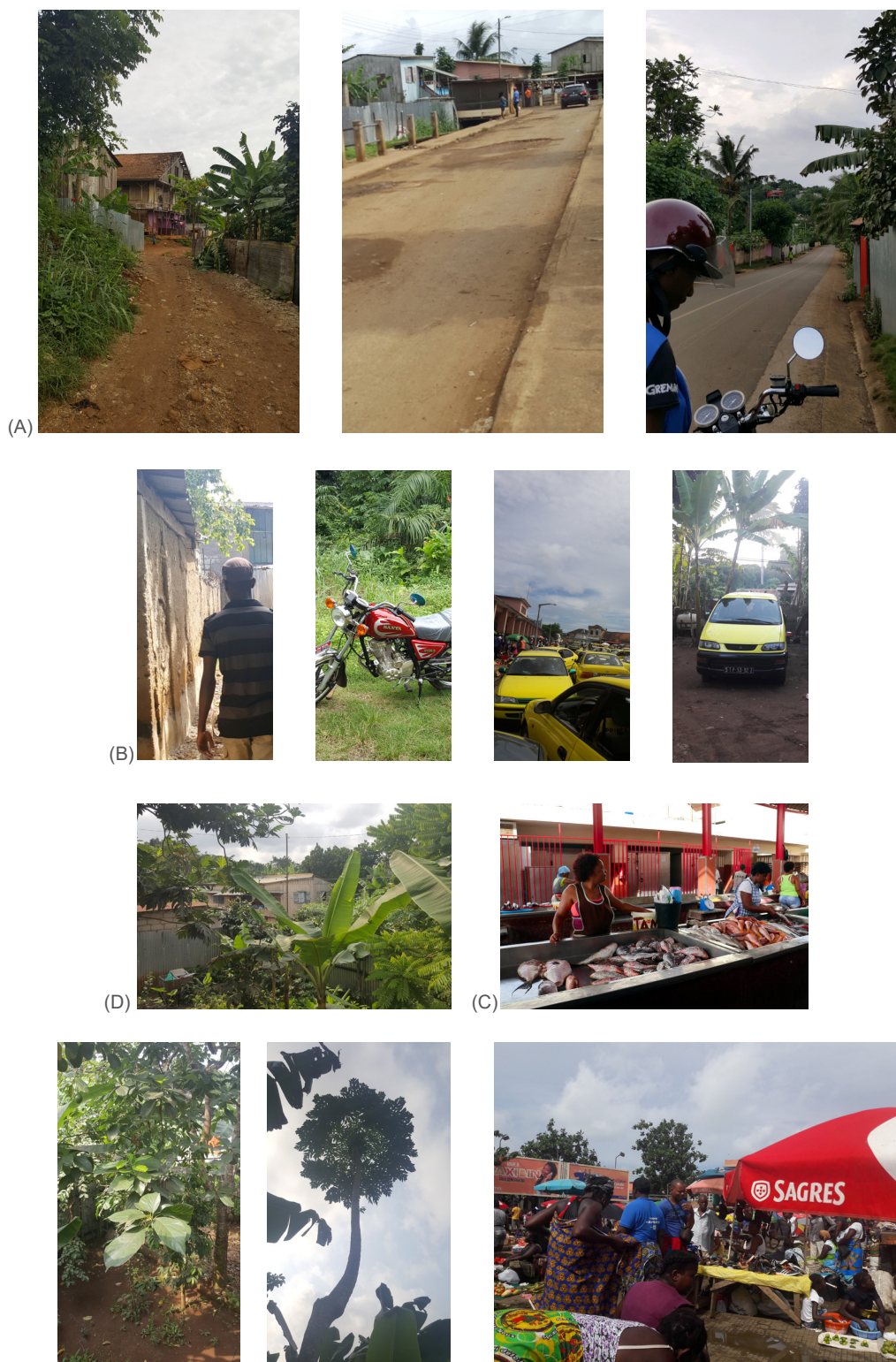


Figura47. Pavimentação de vias (A) Meios de deslocação (B) Cultivo no quintal (C) Setor terciário (D)

(Autor, 2018/ Eliana, 2018/ CDA, 2018)

através de canalização interior à habitação e 94,2% sem acesso a rede pública de saneamento. As soluções de saneamento passam por fossas sépticas (56%), fossas rudimentares (33,6%) e outros métodos alternativos (4,6%). É recorrente, que a definição de cadastro e a construção das habitações preceda a implantação das redes infraestruturais básicas e a pavimentação da rede viária, isto mesmo nos contextos regulados.

É possível verificar até em áreas de habitação da classe média, lacunas na estrutura de acessibilidade e na cobertura das redes infraestruturais básicas (Fernandes, 2015).

Ver figura 47. A

A cidade, como é apelidado o núcleo urbano, compreende-se no traçado ortogonal colonial. Existe uma percepção de realidade distinta, e os moradores da periferia não se identificam pelos mesmos símbolos urbanos. O deslocar-se para o núcleo urbano é ir á cidade. Ainda que os assentamentos se encontrem em zona de charneira. Como exemplo o bairro do Riboque.

A fixação humana é justificada por uma proximidade ao núcleo urbano, este oferece uma maior diversidade de oportunidades económicas, funcionando como pendulo de circulação interdistrital, de pessoas, bens e informação. A densidade populacional do distrito é a mais elevada do país.

A deslocação a pé, dificultada pelas condições do pavimento, a topografia e distâncias a percorrer, dada a concentração dos equipamentos e serviços no núcleo colonial. Os meios mais utilizados acabam por ser promovidos por atores privados do setor informal. São maioritariamente carrinhas coletivas e táxis, e mais recentemente através de moto táxis. Este sistema responde assim, principalmente, às necessidades de deslocação da população de menor rendimento.

Ver figura 47. B

O subemprego, é característico e prolifera neste contexto. As atividades, sobretudo do terceiro setor, são dominantes na vida económica da população dos assentamentos informais (INE, 2012). Os rendimentos advindos deste mercado são por vezes insuficientes para sustentar uma vida condigna. O recurso a atividades complementares no campo é recorrente. Existe neste contexto, uma cultura de plantação de produtos agrícolas. Em área urbana cerca de 45% da população tem áreas de cultivo associadas á habitação (INE, 2012). Esta prática constitui em si um mecanismo de subsistência.

Ver figura 47. C

Ver figura 47. D



Figura48. Madre Deus, São Tomé (Elia-
na,2018)

4.3 CATALOGAR/ CARACTERIZAR O ESPAÇO PÚBLICO “POTENCIAL”

“A sociedade são tomense não se apropria apenas do estado. Ao invés, manifesta uma propensão auto-fágica, já não reconhecendo o bem comum. (...) entre os são tomenses deve prevalecer o sentimento de que a areia da praia é de todos. Todavia, a par desse sentimento, laborará a percepção de que esse bem vem a pertencer efetivamente aos que o conseguem furtar” (Nascimento, 2008:2).

A estruturação do espaço público são-tomense, no que concerne a sua dimensão imaterial e consecutivamente material, tem-se pautado desde a independência do país, a um compasso arrastado. Procura-se aqui num primeiro ponto, construir uma ponte entre as transições do espaço político na micro insularidade, e a construção do espaço público, apresentar as características desse espaço público construído e identificar os seus mecanismos formais e informais de produção, afirmação e vivência.

Também transversal se propõe ser a política do Estado são-tomense, em que os cidadãos elegeram o Estado como promotor do desenvolvimento e da justiça social. No período imediatamente após a independência, o governo de partido único tal como o anterior regime colonial, não fomentou o associativismo (Nascimento, 2008). A verticalização administrativa foi igualmente aplicada pela governança mono partidária. Nascimento apresenta-nos, nesta altura, um São Tomé sem manifestação pública de interesses para além dos clubes desportivos e grupos devotos às manifestações culturais da terra.



Figura49. Comício MLSTP (RA, 1974)



Figura50. Revista semana ilustrada (RA, 1974)



Figura51. Centro digital e interação de o que del rei (CDA,2017)



Figura52. Inauguração de lavandaria (CDA,2017)

Este estado de inoperância associativa, reproduz-se pela “*inexistência de uma memória da expressão pública de interesses antagônicos durante o colonialismo*” (Nascimento, 2008: 4).

A noção de interesse comum, era perfilada através de um espectro dos governantes, através da criação de organizações, também elas delineadas por uma política e ideologia do partido único MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). As reações capazes de criar fissuras no espaço político estavam assim controladas pelo MLSTP, surgindo apenas algum associativismo, de interesse externo, quando próximos os sinais de ruína económica, capazes de mover os indivíduos na procura por soluções de sobrevivência (Nascimento, 2008).

Ver figura 49.

Mesmo após liberalização política (1990) a estruturação da esfera pública mantém-se condicionada. O espaço político agora multipartidário, é percecionado pela elite como mecanismo de enriquecimento e ascensão social, construindo-se poucos modelos de desenvolvimento económico e social. Acrescenta-se ainda que os partidos, observados com consensualidade enquanto promotores do bem estar, posicionam-se ideologicamente justapostos (Nascimento, 2008). Apresentando-se apenas como rivais na disputa pelo poder (Seibert, 1999). Esta lógica de luta e apropriação de poder, condicionam as medidas capazes de estruturação da esfera pública.

Esta trajetória de empobrecimento tendencial do país e intensificação das desigualdades é percecionada por parte da população marginalizada, como consequência do mau desempenho dos governantes (idem.). Este empobrecimento tem na sua causa o desenrolar de diferentes fatores económicos anteriormente abordados.

Dito isto, a condição política e económica de São Tomé e Príncipe tem construído base para uma construção de sociedade, exígua na sua capacidade de estruturação do espaço comum, com repercussões no espaço físico (coletivo e público neste ponto). Espaço este que em condições de pobreza/privação, física e social, tem-se edificado de forma penosa e resultando em soluções autoproduzidas precárias (idem.) restando a estas populações, possíveis soluções, advindas de uma potencial de organização coletiva, um assistencialismo internacional, materializado principalmente nas organizações não governamentais, ou/e ainda de uma crença na ação do Estado são-tomense.

São característicos neste contexto urbano, estruturas comunitárias pontuais, para o desenrolar de funções do dia a dia familiar. Estes pontos terminam por afirmar-se enquanto espaços de promoção e interação social. Ainda que, em primeira observação, não sejam escolhas preferenciais dos habitantes,

Ver figura 50. a 52.

mas que se apresentam enquanto meios disponíveis face a limitações no domínio privado. Estas estruturas são por norma intervenções realizadas por entidades estatais ou ainda por organizações não governamentais.

A lógica de dependência entre as estruturas coletivas e o domínio familiar aplica-se também, em alguns casos, na relação entre a rua e a habitação, interpretando a rua como espaço para onde podem ser desenvolvidos usos complementares ao restrito espaço privado (Fernandes, 2015). Esta permeabilidade entre o espaço privado e o espaço público é variável. O próprio material e tipologia de construção deste limite murado entre as duas dimensões, pública e privada, pode ser interpretada enquanto indicador ou símbolo de poder aquisitivo. A relação entre a habitação e a rua constitui uma relação de segurança, com a existência da delimitação da propriedade, ou não. Esta relação é uma necessidade para a realização dos usos privados e uma necessidade para a proteção da privacidade, dos bens, ou ainda de uma função não afeta ao uso habitacional, mas à função de comércio, serviço ou recreação.

Ainda relativamente aos espaços de uso coletivo, o uso de parcelas/quintais residenciais (Ex: terraços onde se encontram crianças para atividades recreativas, dança principalmente), apresentam-se como mecanismos comunitários capazes de responder a uma necessidade de uso comum, dadas as limitações na provisão equitativa de equipamentos pelo território.

Essa assimetria, pode ser verificada na distribuição dos equipamentos educacionais, onde o *“bloco de ensino básico (do 5º ao 9º ano) estão apenas disponíveis nas capitais de distrito, e o ensino secundário até muito pouco tempo apenas na capital, ao qual acresce uma restrita oferta de formação técnica profissional e superior politécnica”* (Fernandes, 2015).

Neste contexto, talvez os espaços mais fáceis de identificar enquanto espaços públicos, digam respeito aos campos de futebol, ou áreas de terreno afetas principalmente ao uso da modalidade desportiva. Estes espaços trazem consigo história do local e mudanças sociais aí ocorridas. Por se tratar de uma modalidade coletiva, esta traz na sua génese enquanto espaço público, um movimento de apropriação, em muitos casos associativo, relacionado com um clube. A dimensão e local escolhido para a prática, variam com a disponibilidade e procura de utilizadores. No distrito de Água Grande estes lugares estão localizados maioritariamente em áreas de interesse imobiliário, normalmente limitados pelas próprias casas. Estes vão resistindo a pressões sobre o solo para a construção de casas, advindas de um crescimento populacional acelerado, como também de investidas oportunistas de rentabilização imobiliária (Nascimento, 2013).

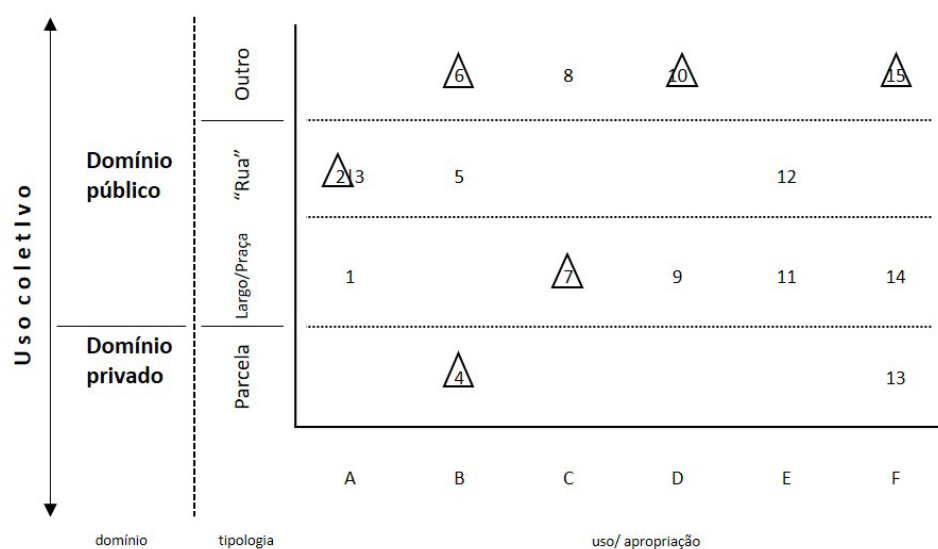
De forma a procurar entender a linguagem do espaço comum nas áreas de expansão urbana, o quadro relaciona: o domínio (público/privado), a função (forma de apropriação), e o processo de produção (formal/informal).

Ver figuras 53.

O espaço público de São Tomé tem nas suas lógicas de produção processos verticais de duplo sentido, implementados dentro de uma escala local. Sendo estes, quando intervenções do Estado ou entidades privadas, processos de reação a necessidades identificadas dentro das comunidades. Esta relação é importante de sustentar para um contexto de recursos escassos e de uma população de baixo nível de rendimento. Mas numa escala de tempo continua, este mecanismo é descontínuo na sua capacidade de mitigação da precaridade urbana.

No outro sentido, as ações tomadas pelo grupo de cidadãos ou pela comunidade desenvolvem-se enquanto mecanismos coletivos da criação de lugar. Estas ações são motivadas por diferentes dinâmicas, desde motivações financeiras, desenvolvendo pontos de troca específicos, até a construção de espaços recreativos, como os terraços (destinados a funções diversas), às áreas de descampado ou ainda cursos de água.

Estes dois sentidos devem ser valorizados e sincronizados. A capacidade dinamizadora do espaço coletivo pelas comunidades deve ser tida em conta nos programas de planeamento, bem como as intervenções de carácter infraestrutural, deve ser vista pela comunidade enquanto construção sobre a qual devem participar.



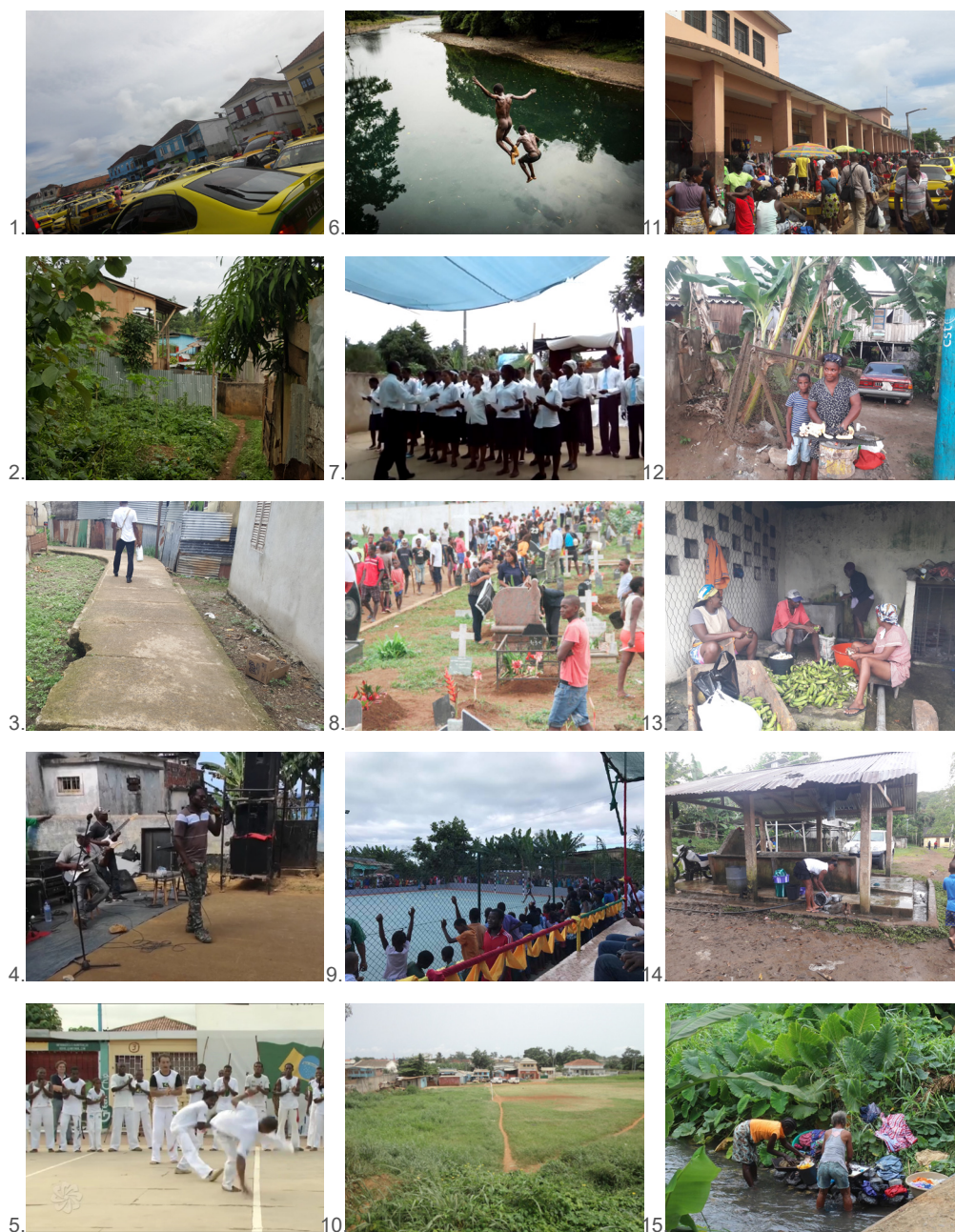
Uso/apropriação

A - acessibilidade D - desporto

B - lazer/culto E - comércio

C - culto F - domesticidade

Figura53. Produção e apropriação do espaço coletivo
(Autor,2018)



1. Praça de taxis 2. Trilho de acesso a habitação 3. caminho pedonal qualificado 4. Terraço 5. Capoeira 6. Rio 7. Interior de uma parcela, igreja maná 8. Cemitério 9. Recinto desportivo qualificado 10. Descampado 11. Mercado 12. Comércio de rua 13. Interior de uma parcela, preparo de cozinhado 14. Lavandaria 15. Lavagem de roupa no rio

Figura54.

Imagens representativas da apropriação do espaço público (Autor,2018)

5. Projeto urbano

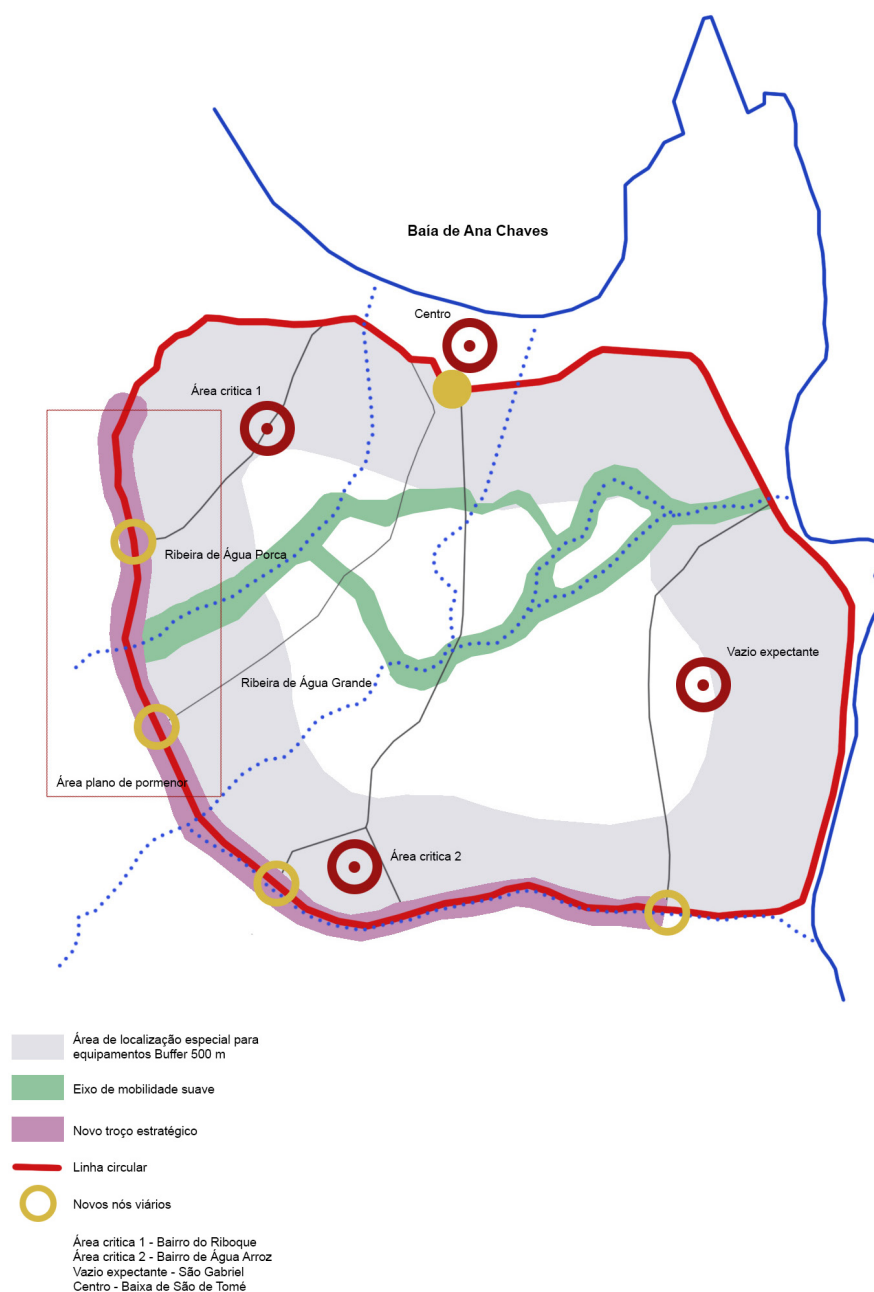


Figura55. Estratégia territorial (Autor, 2018)

5.1 ESTRATÉGIA URBANA

A área de intervenção abrange os dois interstícios agroflorestais, o primeiro, por onde atravessa a Ribeira de Água Porca, e o segundo interstício, compreendido entre a estrada nacional (EN3) e o bairro do Riboque. Os 19 ha definidores da área de intervenção vêm os seus limites justificados pelas seguintes razões: Indefinição cadastral do território; a possibilidade de extinção destes espaços intersticiais dada a contínua expansão autoproduzida no território; a importância do vale de Água Porca para a drenagem natural das águas pluviais; e a existência de eixos pedonais pré-existentes não qualificados e a proximidade de unidades de assentamentos precários.

A proposta desenvolve-se sobre a necessidade de estabelecer acessos entre as áreas agroflorestais do distrito. O eixo escolhido parte da intenção estratégica de conectar três das áreas mais populosas de Água Grande, Riboque, Madre Deus e Água Arroz, sendo Riboque e Água Arroz duas das áreas mais densamente ocupadas e igualmente precárias. Madre Deus apresenta-se como âncora nesta ligação com a presença de equipamentos educacionais e de saúde neste ponto, bem como a existência da estrada nacional (EN3) de acesso ao interior da ilha, que a justificam como ponto atrativo para o adensamento habitacional.

Ver figura 54.

A acessibilidade, pedonal e rodoviária, condicionada pela topografia justifica a qualificação e definição de novos eixos de mobilidade. Introduziu-se aqui, no pensamento estratégico a definição de novos eixos de mobilidade suave, capazes de servir de maneira sustentável uma continuidade dos acessos dentro do território urbano. Essa mesma continuidade é procurada para os meios de deslocação motorizada, com a definição de um novo troço viário que estabelece uma ligação circular e ainda um primeiro limite à expansão urbana informal no distrito de Água Grande.

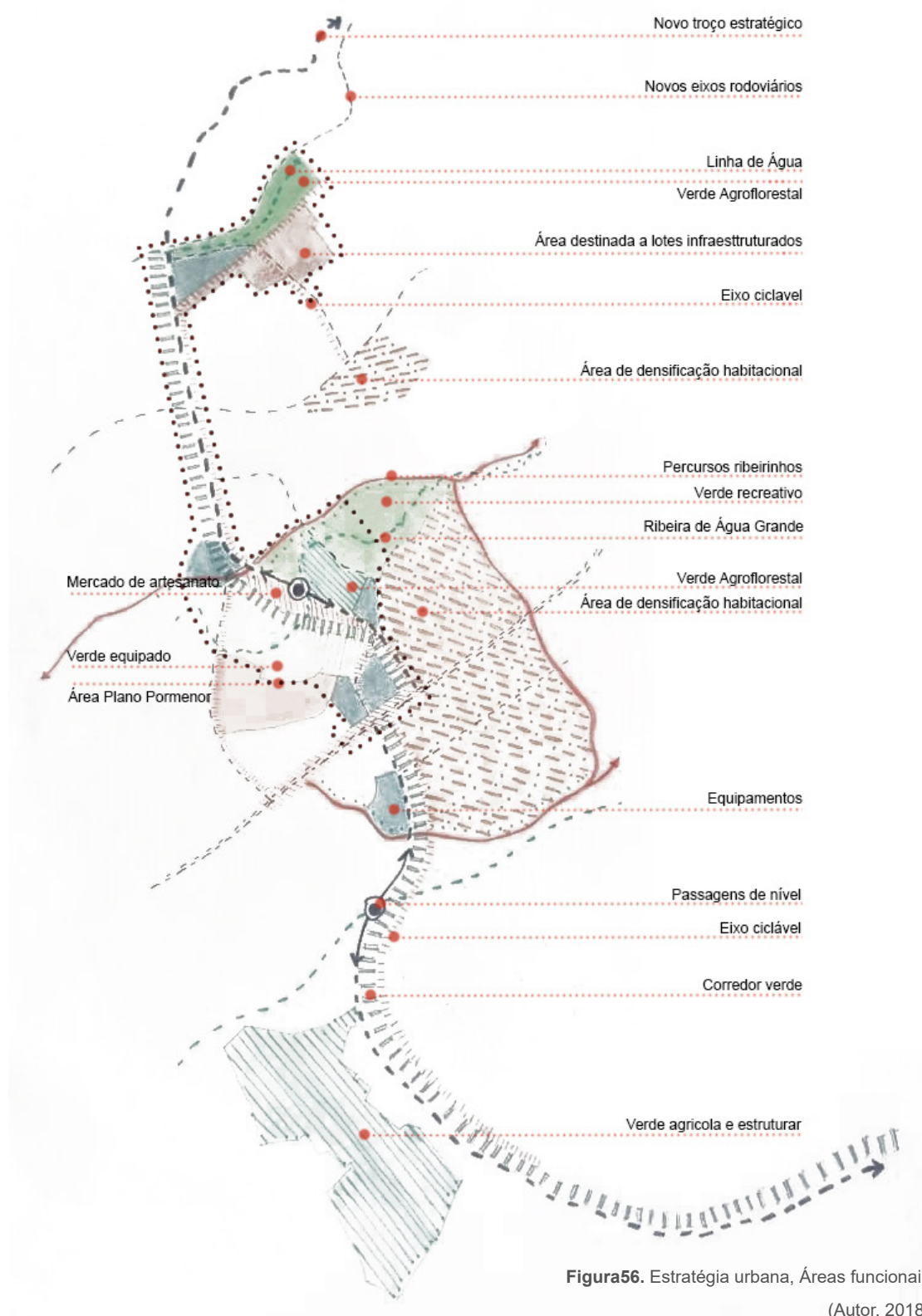


Figura56. Estratégia urbana, Áreas funcionais
(Autor, 2018)

O desenho da estratégia de espaço público busca soluções para além da acessibilidade em que os interstícios agroflorestais a topografia e as ribeiras (Água Porca e de Água Grande) representam linhas estruturadoras da ocupação do território desde a povoação da ilha. Estas características apresentam-se na estratégia como alvos de valorização, dado o seu potencial de recreação, lazer e produção.

A intervenção urbana não deve ser interpretada enquanto ação independente. A definição dos limites de expansão está circunscrita numa área definida para a localização especial de equipamentos sociais. A estratégia elabora assim processos de ação imediata e de continuidade, buscando uma intervenção de carácter consolidador socioeconómico do contexto urbano. Constan na proposta diferentes níveis de participação para cada unidade de execução, sendo a efetivação da proposta, bem como a sua gestão, conseguida por diferentes momentos e potencialidades dos diferentes agentes. A estratégia nutre-se de sentido coletivo e de ação integral através do desenho da estrutura pública.

Ver figura 55.

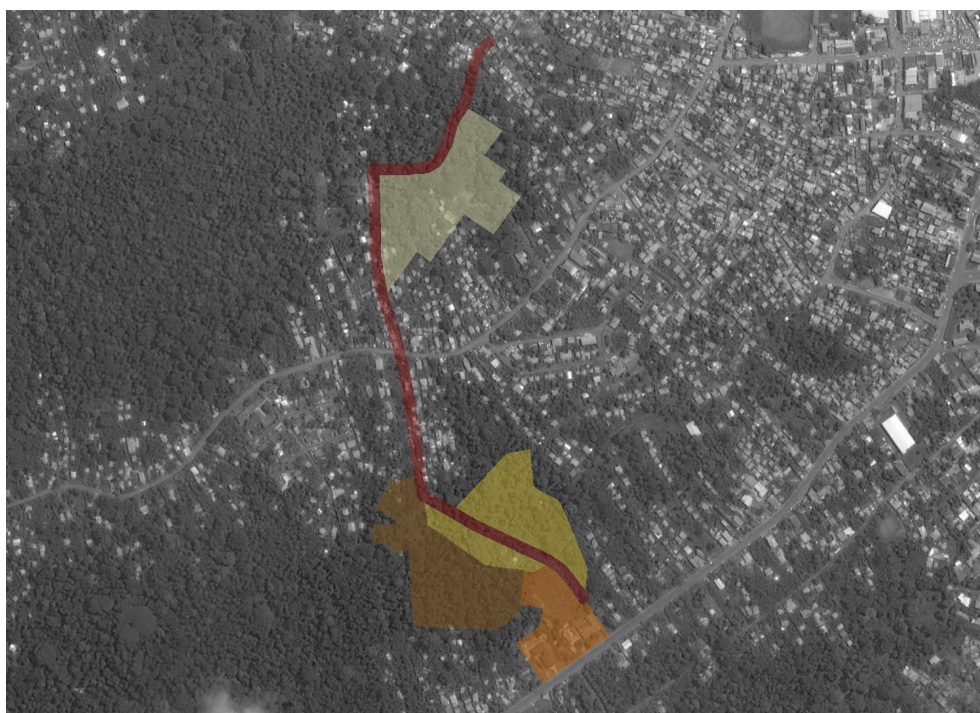
5.2 PROJETO URBANO

São quatro as unidades de execução (UE) que definem a proposta de plano: UE1- Reabilitação das escolas primária e básica de Madre Deus; UE2- Nova escola secundária; UE3- Escola agrícola; UE4- Centro comunitário e Loteamento habitacional, e ainda uma quinta operação de reperfilamento e construção do novo troço rodoviário.

A UE1 contém aqueles que são os únicos equipamentos de ensino em Madre Deus, a escola primária e a escola secundária. Os objetivos desta unidade de execução passam pelo reperfilamento do troço adjacente, dotando-o de condições de acessibilidade, locais de estadia e espaços destinados ao comércio de rua que acontecem atualmente.

A reabilitação dos equipamentos diz respeito à intervenção no espaço exterior ao edificado, é proposta uma nova forma de contacto com a via principal, e a provisão de estacionamento necessário para a tomada e largada de passageiros segura.

A UE2 esta circunscrita na área de vale do território, lidando de forma direta com o atravessamento da ribeira de Água Porca, onstituindo-se aqui um elemento importante para o determinar da operação.



- Operação de reperfilamento e continuidade rodoviária
- Unidade de execução 1 - Reabilitação equipamentos (Educação)
- Unidade de execução 2 - Nova escola secundária
- Unidade de execução 3 - Escola agrícola
- Unidade de execução 3 - Centro comunitário

Figura57. Unidades de execução da proposta
(Autor, 2018)



Figura58. Esquema de faseamento da proposta (Autor, 2019)

Os objetivos da UE2 passam pela construção de um novo parque urbano, dotando-o de características desportivas, sendo este um espaço capaz de servir funções adjacentes das escolas circundantes e também da escola secundária aqui proposta. Ainda com vista a qualificação dos caminhos pedonais preexistentes, é proposta a qualificação desses mesmos percursos, garantindo a continuidade de acessos pedonais e clicáveis entre o centro da cidade e a periferia que acompanham o percurso da ribeira de Água Porca.

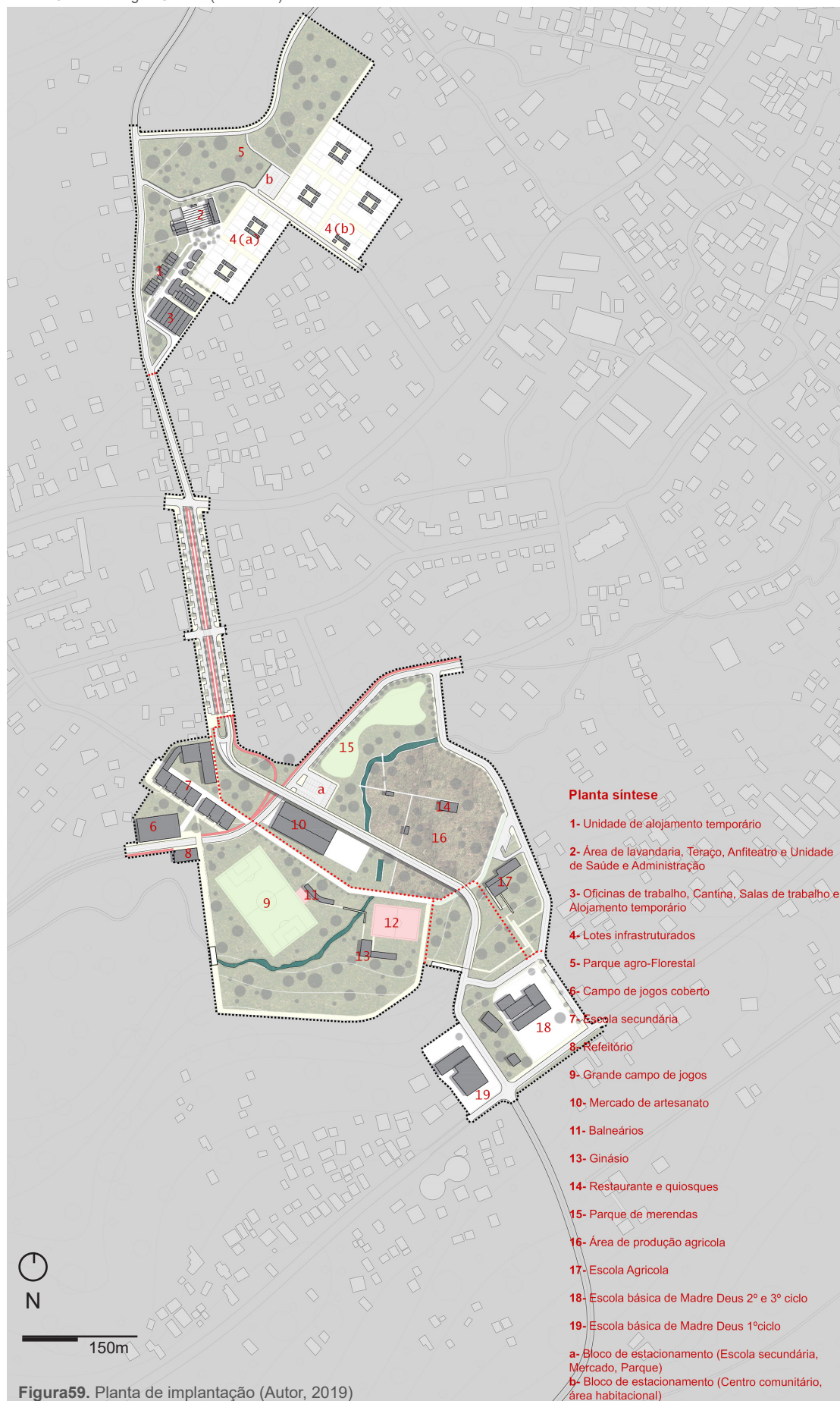
A escola secundária aqui proposta, vem responder à insuficiência de equipamentos públicos no distrito destinados ao respetivo escalão de ensino. Sendo o único estabelecimento de ensino secundário existente do distrito de Água Grande, o Liceu Nacional de São Tomé.

A UE3, com planar à UE2, localiza-se também ela na área de vale. Esta a par da unidade anterior, tem como objetivo a valorização do verde e da linha de água. Nesta unidade é proposta para a área verde uma função produtiva e educacional, nutrido a mesma de um equipamento de ensino associado à produção agroflorestal. Toda esta área de vale tem como objetivo concentrar um polo de atividades múltiplas, um ponto de troca e partilha de conhecimento capaz de sensibilizar para as questões ambientais e a prática de novas técnicas. Respondendo a esse propósito, é proposto um novo mercado de artesanato, que dispõe também de áreas destinadas ao comércio têxtil e de restauração. Este novo espaço surge como complemento ao Mercado Coco Coco e ao Mercado do Fardo localizados no centro da cidade.

Propõe-se para esta unidade a construção dos principais passadiços que atravessam a ribeira e ligam a rua do Riboque à estrada nacional N1 (Madre Deus), sendo servidos através dos mesmos todos os equipamentos públicos da proposta.

A UE4 compreende o topo norte da proposta urbana, onde os objetivos traçados procuram desenvolver mecanismos de realojamento e reabilitação da habitação. É proposto um centro comunitário para o promover de atividades extracurriculares, inclusão inter geracional, ateliers e oficinas, gabinete de saúde, salas multiuso para aulas informais e reuniões comunitárias, e ainda um depósito de arrumos e quartos de apoio a processos de realojamento. A UE4 pode assim ser dividida em duas operações principais. A primeira correspondente à definição de lotes organizados em volta de uma praça infraestruturada, servindo cada praça oito futuras habitações. E a segunda corresponde então à construção do novo centro comunitário de Água Porca.

É proposta ainda a construção de um novo eixo, apresentado como objetivo o reperfilamento de caminhos preexistentes do Riboque à área de vale de Água Porca, e um novo troço rodoviário e pedonal de nível, capaz de fazer



a ligação entre as duas linhas de cumeeira. Propõe-se com o reperfilamento a criação de duas vias, uma em cada sentido, bem como a qualificação do espaço público adjacente, dotando a mesma de estacionamento longitudinal e condições para o trânsito clicável no separador central ajardinado.

A subdivisão das unidades de execução parte de uma lógica de faseamento da proposta, podendo todas elas ser operadas de forma independente, ainda que exista uma relação de colaboração a elas associado. Essa colaboração ou interdependência, reside na implementação da ferramenta participativa para a construção de equipamento urbano, consolidação e monotorização do espaço público construído. A edificação dos lotes infraestruturados, consiste também aqui num mecanismo participativo e de consolidação consecutiva. Será necessário dizer que as unidades propostas não consistem em si num projeto finalizado, medida justificada pelas dificuldades de financiamento do território, mas acreditando na participação como espaço para a construção de um espaço público integrado.

Ver figura 57.

5.3 EQUIPAMENTO

Foi escolhido enquanto objeto arquitetónico a desenvolver, o novo centro comunitário de Água Porca. Este espaço busca satisfazer as necessidades dentro da comunidade, servindo numa lógica de proximidade em primeiro lugar, o bairro do Riboque, mas sendo este em primeira instância um espaço representativo da construção de civilidade. A escolha desta tipologia de equipamento, é justificada pelo seu potencial de empoderamento da comunidade e consequentemente pela capacidade de melhoria de vida.

O centro comunitário está pensado de maneira a introduzir-se na continuidade “rua” e os seus espaços são independentes no seu uso o que permite também a sua construção de forma fracionada. São objetivos deste equipamento a integração social e a capacitação dos membros da comunidade e consecutivamente dos seus assentamentos. Dito isto, o espaço desenha um programa de funções onde inclui as áreas já citadas: salas de estudo, sala administrativa, anfiteatro, instalação sanitária, gabinete de saúde, biblioteca, oficinas e ateliers, sala de exposições/ multiusos, unidade de alojamento temporário, cozinha e refeitório comunitários.

O equipamento faz assim parte de um sistema de espaços coletivos, intervindo como extensão do espaço público, um local onde se suprimem as necessidades do espaço privado.

6. Considerações Finais

O crescimento urbano autoproduzido acelerado é um fenómeno urbano de lógicas produtivas de necessidade e de mercado, circunscrevendo estas lógicas ao denominado informal e ao nome internacional de slums. O aumento de construções informais tem sido continuo mesmo com um decréscimo percentual da sua representação global.

A problematização destes assentamentos parte das suas características precárias, promovendo condições indignas para habitabilidade e suportando em grande numero, parte da população de baixo rendimento económico.

As intervenções de transformação deste contexto têm mudado de paradigma, promovendo soluções que partam da inclusão dos assentamentos informais no planeamento sendo estes vistos hoje como parte da solução do problema urbano.

A perceção do espaço público enquanto instrumento de estruturação, permite um planeamento do território urbano, pensado sobre um suporte de qualificação do espaço que atende ao interesse público, numa lógica que prioriza o interesse coletivo e a partir da qual se define de maneira integral, uma matriz de intervenção o que possibilita ir além das soluções pontuais e isoladas que procuram soluções para problemas emergenciais e de tipologia predominantemente habitacional.

Este sentido de resposta direta às necessidades de determinado contexto urbano, têm configurado na sua maioria, as intervenções na região subsahariana de África sendo aqui desenvolvidos programas de escala nacional mais difíceis de se concretizar, isto também devido a uma falta de autonomia administrativa e financeira dos municípios.

Os programas desenvolvidos nos últimos anos na América do sul e na Ásia, apresentam-nos já uma abordagem ao problema tendencialmente integrada do território. O programa estratégico Favela Bairro potencia o seu impacto no território identificando as áreas críticas, como o apresentado Jacarezinho provendo as mesmas de serviços básicos. Já o programa de financiamento Community Mortgage Programme das Filipinas, apresenta-nos mecanismos capazes de superar uma parte do problema financeiro e através dele, criar relações inclusivas dos variados agentes urbanos, havendo aqui destaque para as organizações não governamentais no processo de estruturação urbana.

A estrutura material e imaterial do espaço público apresenta-se assim como um importante instrumento para a construção gradual do território urbano.

Esta abordagem perfila a proposta no caso de estudo, Água Grande, procurando a construção de espaços estruturadores, e não com um foco em medidas de solução imediata da pobreza e precaridade mas tendo estes objetivos como parte intrínseca do processo.

No entanto, para o desenvolvimento consistente da estratégia, é necessário o combate a alguns obstáculos: a relação entre arquitetos e comunidade no processo de planeamento, que deve incluir todos os agentes; a adoção de um faseamento da proposta apropriado aos recursos financeiros e humanos; a própria escassez de técnicos qualificados para implementação do processo estruturador, deve desenvolver-se aqui uma ponte entre o território e as instituições internacionais qualificadas; o levantamento e mapeamento completo de dados relativos às áreas autoproduzidas, definindo quais as condições socioeconómicas e físicas do território bem como as suas vivências.

A capacitação da comunidade e incorporação dos mesmos nas tarefas de monitorização, juntamente com associações locais, consistem num primeiro passo para estruturação do território. Acreditamos que o desenvolvimento de equipamentos públicos, como o centro comunitário, constroem de forma sincrónica espaço para a partição e democracia no planeamento.

Bibliografia

- ASCHER, François (2010) *Novos princípios do urbanismo*. Novos compromissos urbanos: um léxico, Lisboa, Livros Horizonte
- AVERMAETE, Tom (2003) "A Different Way of Analysing, Understanding and Conceiving the City in the Work of Candilis-Josic-Woods", *Sociology, Production and the City*, Holanda : pp. 251-269
- BERNER, Erhard (2001) "Development in Practice, Learning from informal markets: Innovative approaches to land and housing provision", *Cities of the South: Sustainable for whom?*, Genebra
- BANCO MUNDIAL (2016) *Africa's Cities – Opening Doors to the World*, Washington, Banco Mundial
- BARROS, Abdul (2011). *Pobreza na África subsaariana – O caso de São Tomé e Príncipe*, (Tese de Mestrado), Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- BRANDÃO, Ana Luisa; Brandão, Pedro (2017). "Public Space, Infrastructure, Landscape: an interdisciplinary matrix for urban spatial continuity", *The Journal of Public Space*, Vol. 2 n. 1, Queensland University of Technology
- CRUZ FONSECA, Luciana Saboia (2016) "Arquitetura, vazio moderno e o espaço social", *Paranoa poder e manipulação*, n. 16, Brasília, UB Faculdade de arquitetura : pp. 51-61
- DELEUZE, Gilles (2002) "A ilha deserta e outros textos", Brasil, Editora Iluminuras
- DOMINGUES, Alvaro (2015) "Cidade esponja", XXI, *Isto é cidade -Ter opinião* nº4, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- EAGLETON, Terry (2000) *A ideia de cultura*, Lisboa, Temas e Debates
- ECO, Umberto (1991) *Obra aberta*, São Paulo, Perspectiva : pp.37-67
- FERNANDES, Ana Silva; Nascimento, Augusto (2015) "Dream Cities' in Africa: polemics around Expu Gongá, the 'New City of São Tomé", *Optimistic suburbia International conference*, Lisboa, : pp. 196-214
- FERNANDES, Ana Silva (2015) *Entre remediar e solucionar. A estruturação e a participação como meios da gestão da escassez e ruptura do ciclo da pobreza, São Tomé e Príncipe como laboratório*, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Tese de doutoramento)

FERNANDES, Ana Silva; SÁ, Manuel Fernandes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012) “Entre a tradição e a informalidade: a arquitectura popular em São Tomé e Príncipe.”, *Africana Studia* - Revista Internacional de Estudos Africanos, nº18 - Ética e Cooperação: desafios de um desenvolvimento inclusivo, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto: pp.201-223.

FERNANDES, Ana Silva; SÁ, Manuel Fernandes; PÓVOAS, Rui Fernandes (2012) “Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento”, Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica, Lisboa: pp.157-176.

INE (2013) Recenseamento Geral da População e Habitação 2012, São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2003) Recenseamento Geral da População e Habitação 2001, São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.

MENDES, Izabel (2006) “Programa Favela-Bairro: Uma inovação estratégica? - Estudo do program Favela Bairro no contexto plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro”, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado)

NASCIMENTO, Augusto (2013) “Das Bancas de Matraquilhos ao “Campo dos Caranguejos, dos Estádios aos Terreiros: Campos de jogos num espaço microinsular do tempo colonial ao pós-independência”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa : pp. 177-222

NASCIMENTO, Augusto (2008) “As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas políticas” - 12a Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano, Camarões, Codesria

NEWITT, Malyn; HODGES, Tony (1988) *São Tomé e Príncipe – From plantation colony to microstate*: Westview press Boulder e Londres

NUNES SILVA, Carlos (2015) *Urban planning in lusophone african countries*, Taylor and Francis

OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Edições Colibri.

PIDS (2017) “An Assessment of the Community Mortgage Program Implementation Strategy”, Research Paper Series, n 2017-01

PNUD (2008) Rapport National sur le Développement Humain a São Tomé e Príncipe 2008. La problématique de la terre et le développement humain durable. São Tomé: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUD (2002) Relatório de Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe 2002, São Tomé: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUD (2016) Urbanization and development: Emergent futures. World cities report 2016, Nairobi, PNUD

PEREGRINO, Yasmin; BRITO, Ana; SILVEIRA, José (2017) Revista brasileira de gestão urbana (Brazilian Journal of urban management) set/dez, v.9, n.3 : pp. 456-473

RAPOSO, Isabel (2010) “Explosão urbana em África” , *Meio século de independências africanas - Explosão urbana em Africa*, O anuário de relações exteriores, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa : pp. 190-191

SEIBERT, Gerhard (1998). “A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé.”, Brief Papers, CEsa(5/98). Lisboa: Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.

SILVA, Teresa (2012) “A cidade africana contemporânea de origem portuguesa: São Tomé pré e pós-independência”, *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 4, n. 2, pp: 175-188.

TORRES, Hector; MORANTA, Tomeu (2012) “La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa - Lo público. Un espacio en disputa”, *Polis Revista Latinoamericana* 31

VIANA, David (2010) “Cidade Africana - urbanismo [in]formal - uma abordagem integrada e sistémica”, Lisboa : 7.º Congresso ibérico de estudos Africanos.

WINCHESTER, Lucy (2008) “La dimensión económica de la pobreza y precariedad urbana en las ciudades latinoamericanas. Implicaciones para las políticas del habitat”, *Revista Eure*, Vol. XXXIV, N° 103: pp. 27-47

UCLG (2014) Searchig for the promise land of públic space, The key for an equitable African city. Durban

WEBGRAFIA

ABRAMO, Pedro (2009) url: <https://www.youtube.com/watch?v=hZG-mOafCcc&t=97s>

BARATA, André (2018) url: <https://www.youtube.com/watch?v=W9ZfZ-Qu8WmM>

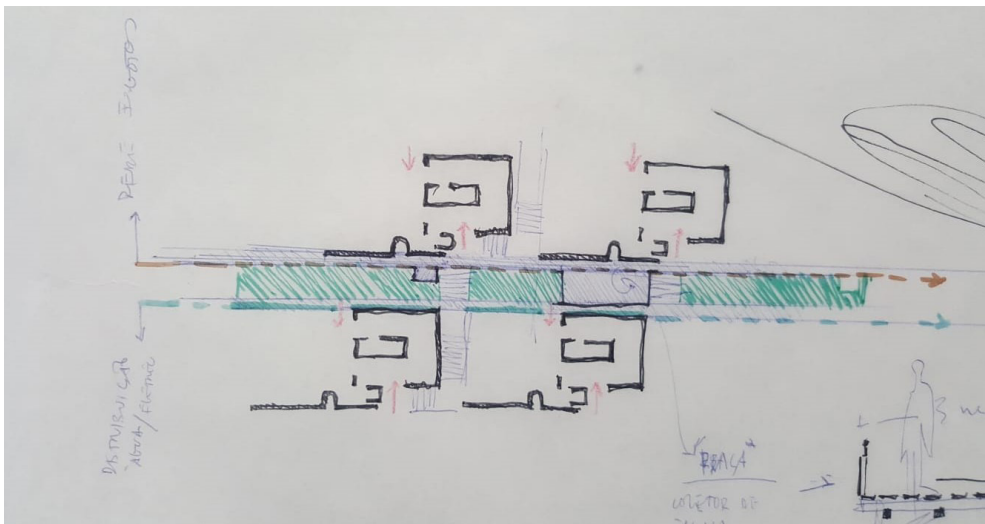
BAUHAUS FOUNDATION url: https://www.bauhaus-dessau.de/kolleg/k1t2/html/main/main1/main1_1_2.html

RODRIGUEZ, Sebastian (2016) Entropia Urbana, url: <https://canteraurbana.wordpress.com/2014/09/04/estado-del-arte-entropiaurbana/>

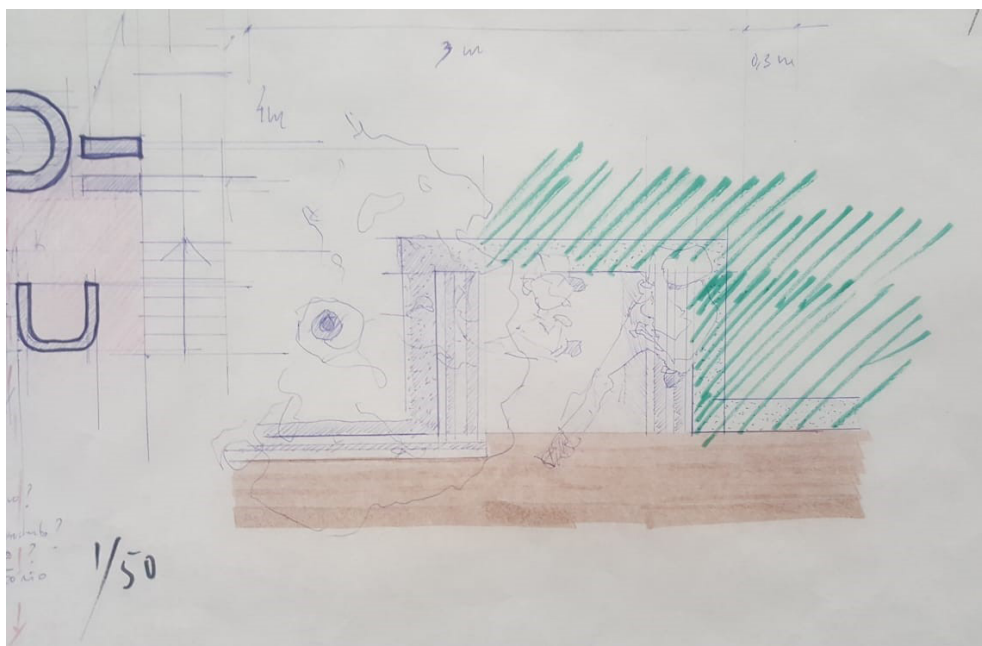
Anexos



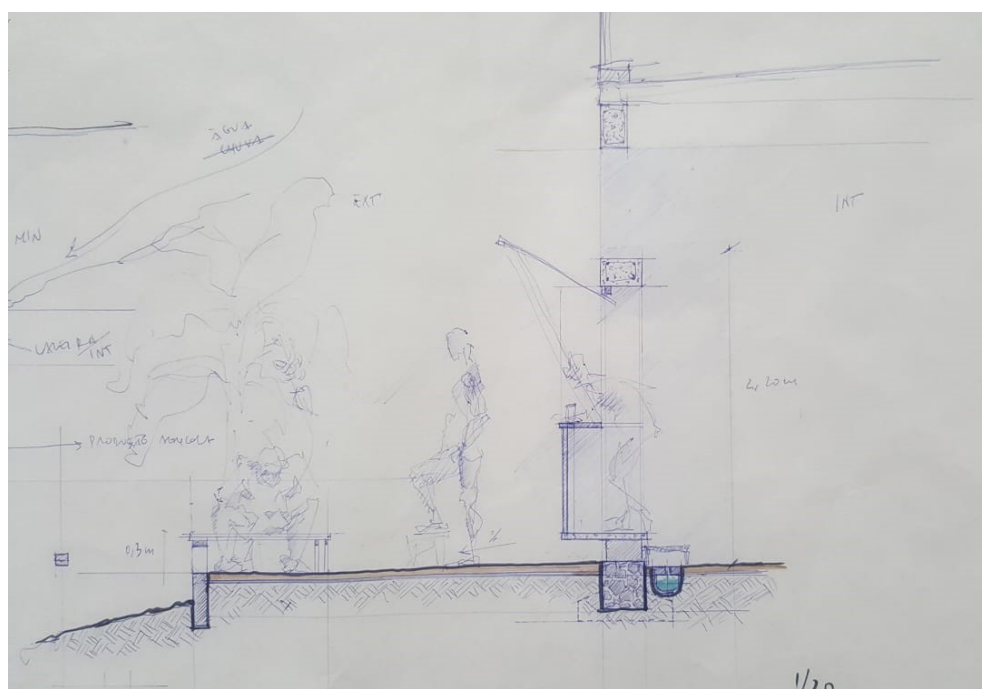
Estudo perfil de rua



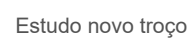
Estudo perfil lotes infraestrutura

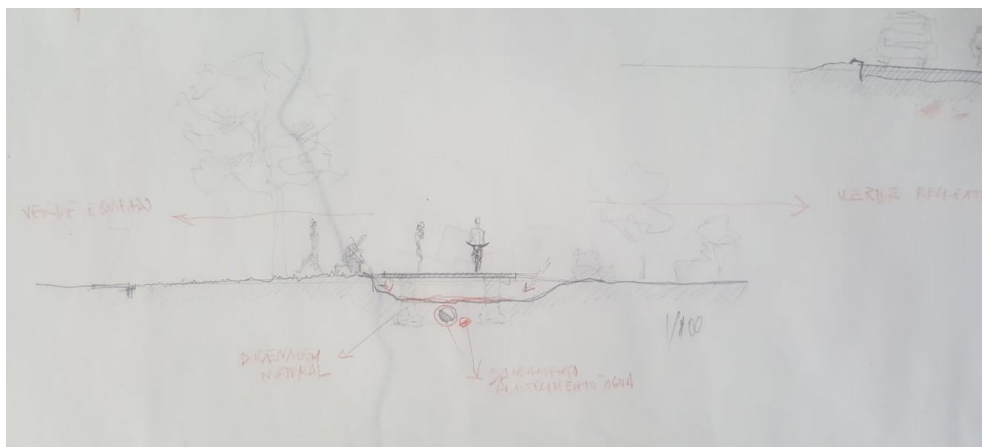


Estudo perfil rua

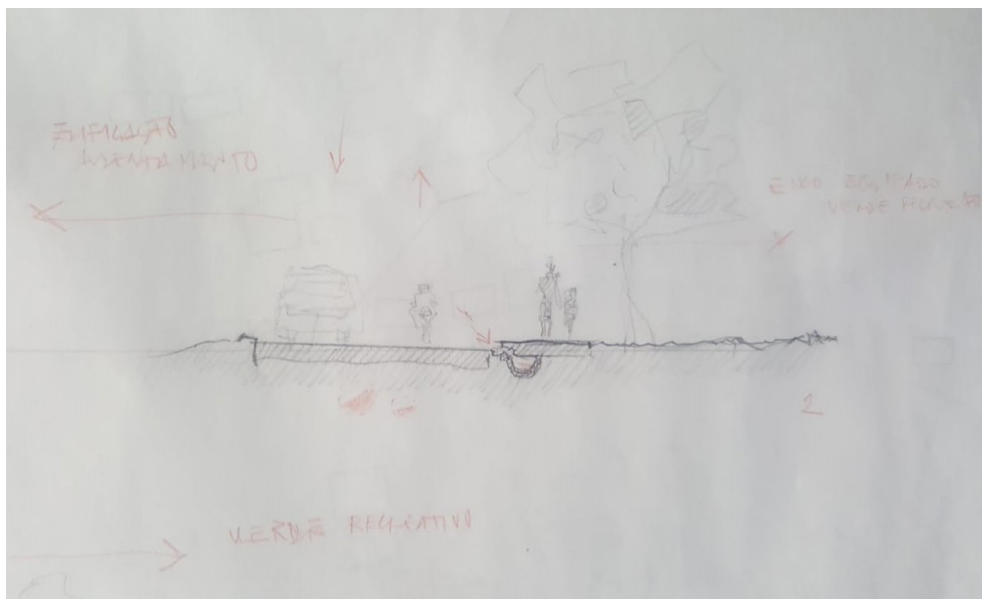


Estudo perfil rua

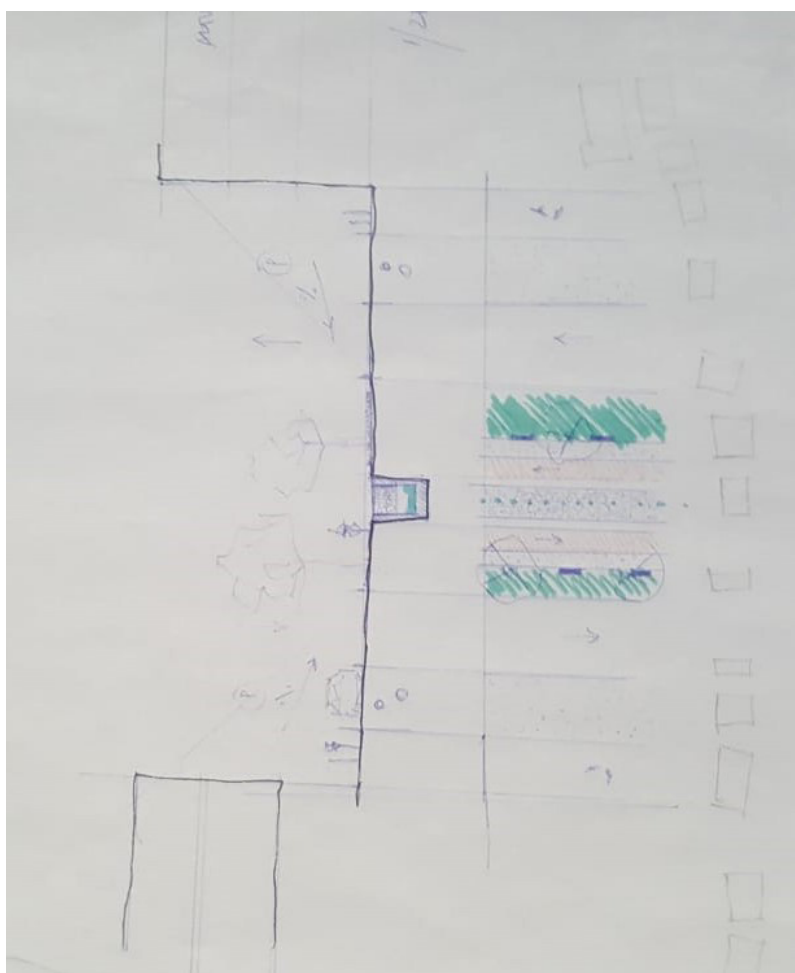




Pormenor caminho pedonal



Pormenor caminho pedonal



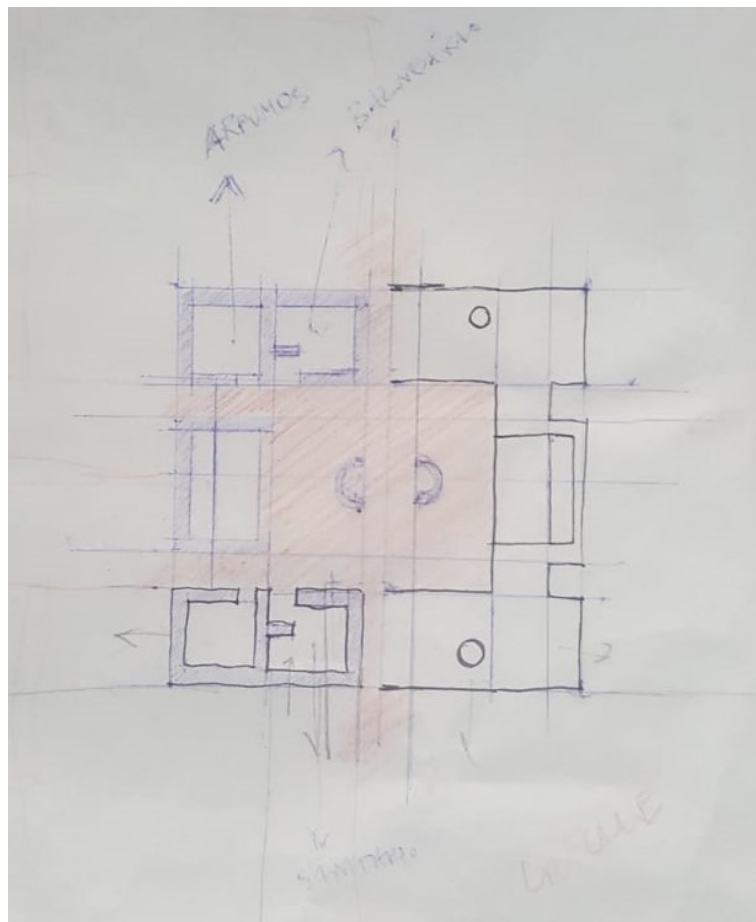
Pormenor novo troço



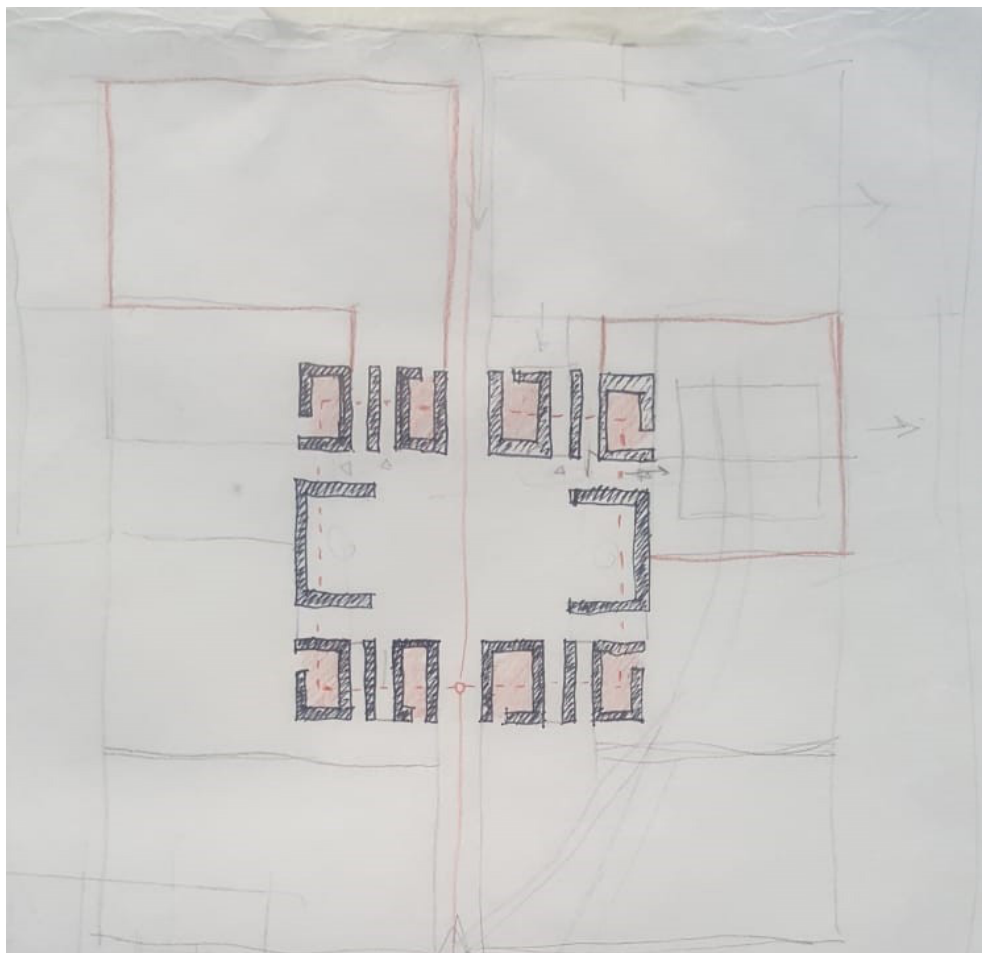
Estudo implantação



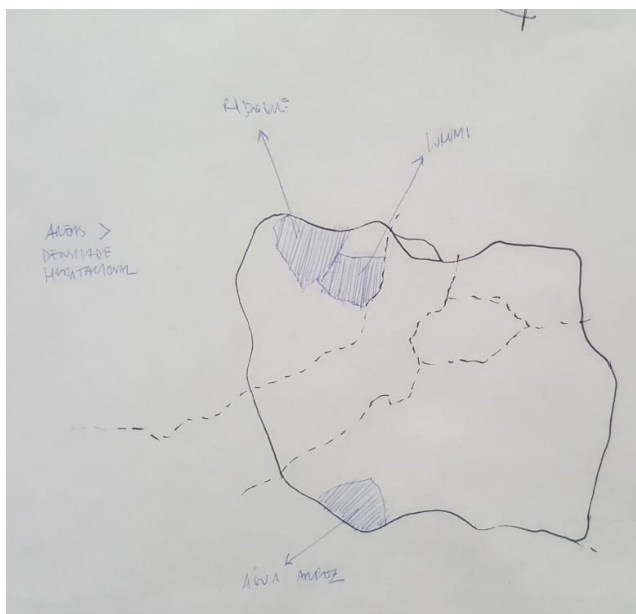
Estudo implantação



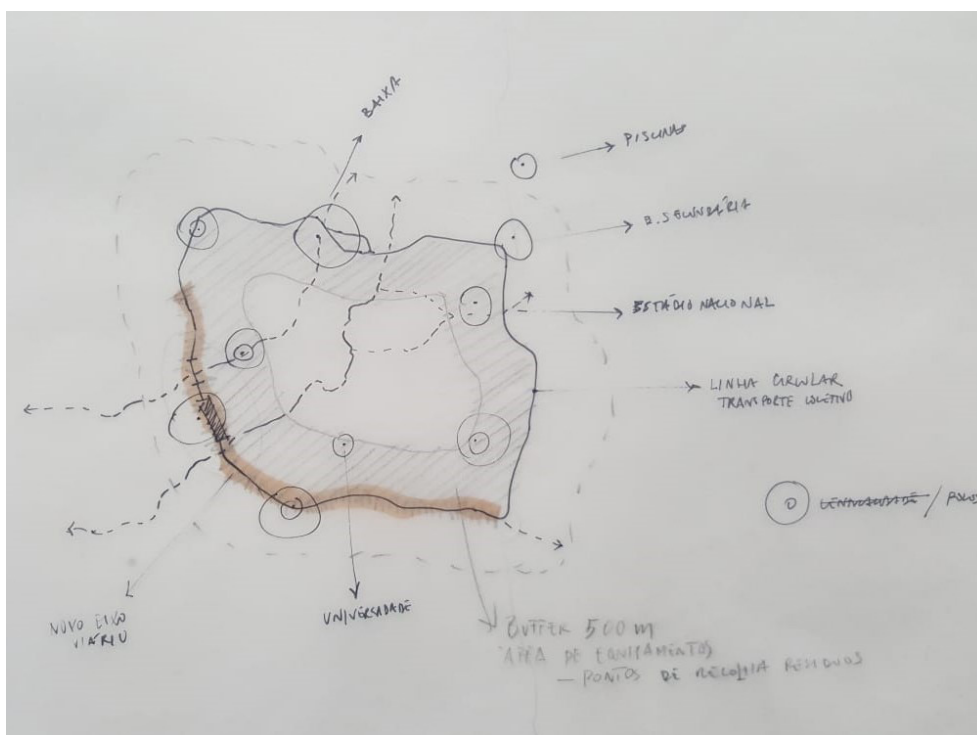
nucleo infraestruturado



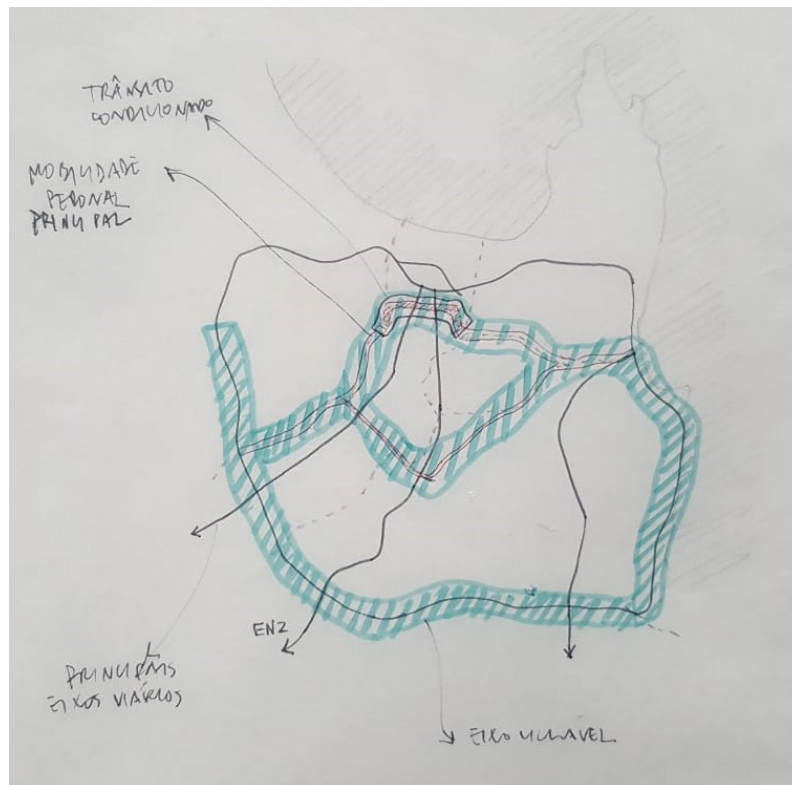
nucleo infraestruturado



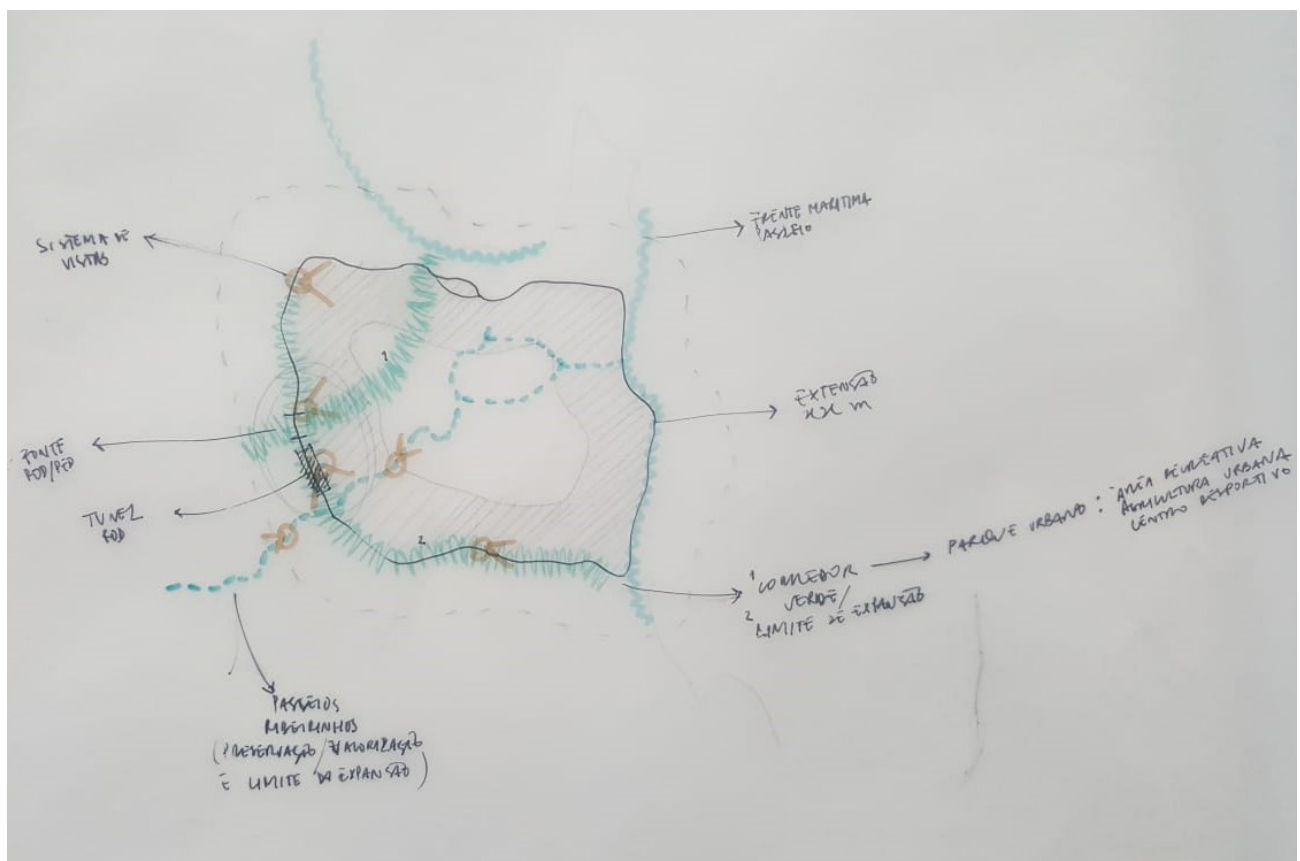
estratégia territorial



estratégia territorial



estratégia territorial

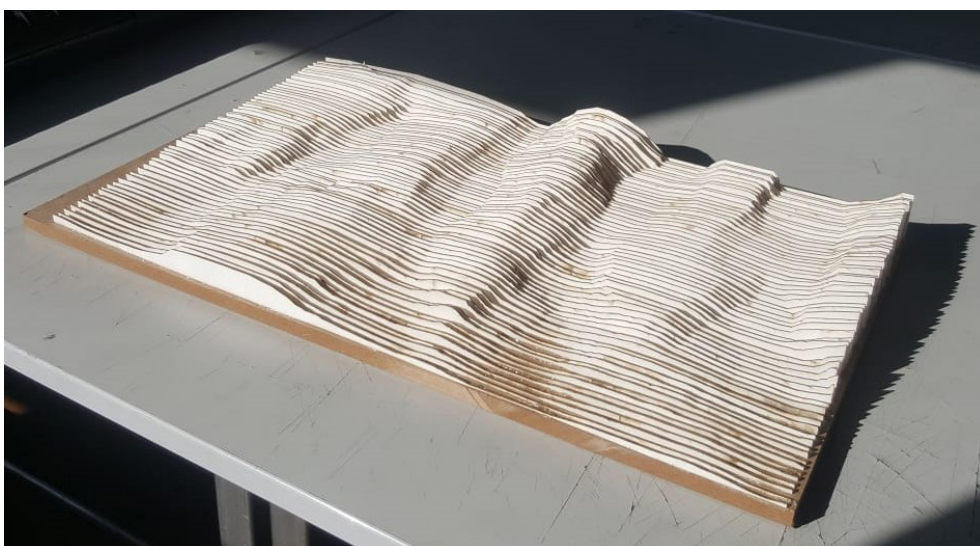
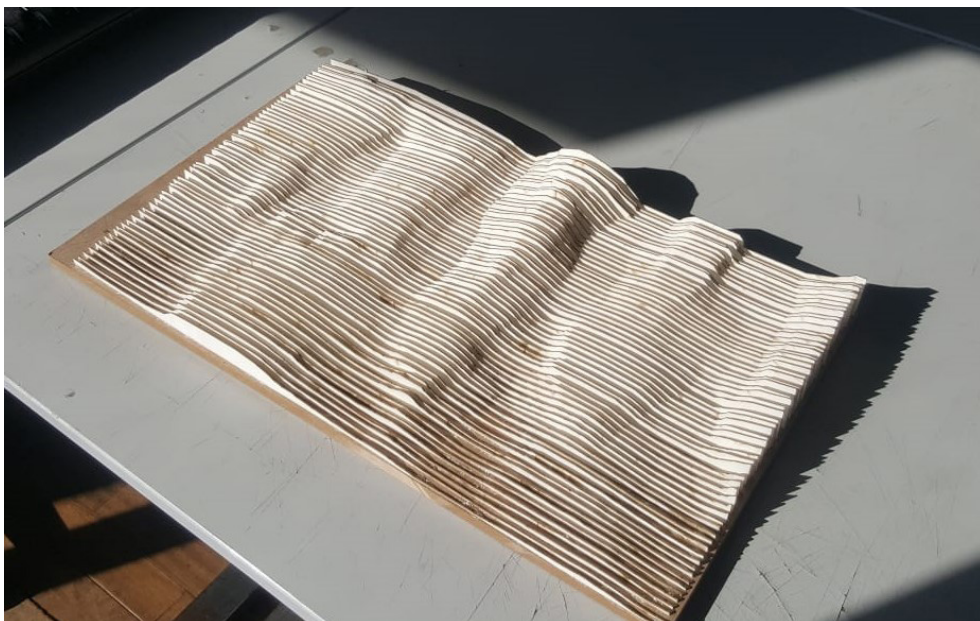


estratégia territorial





estudo implantação



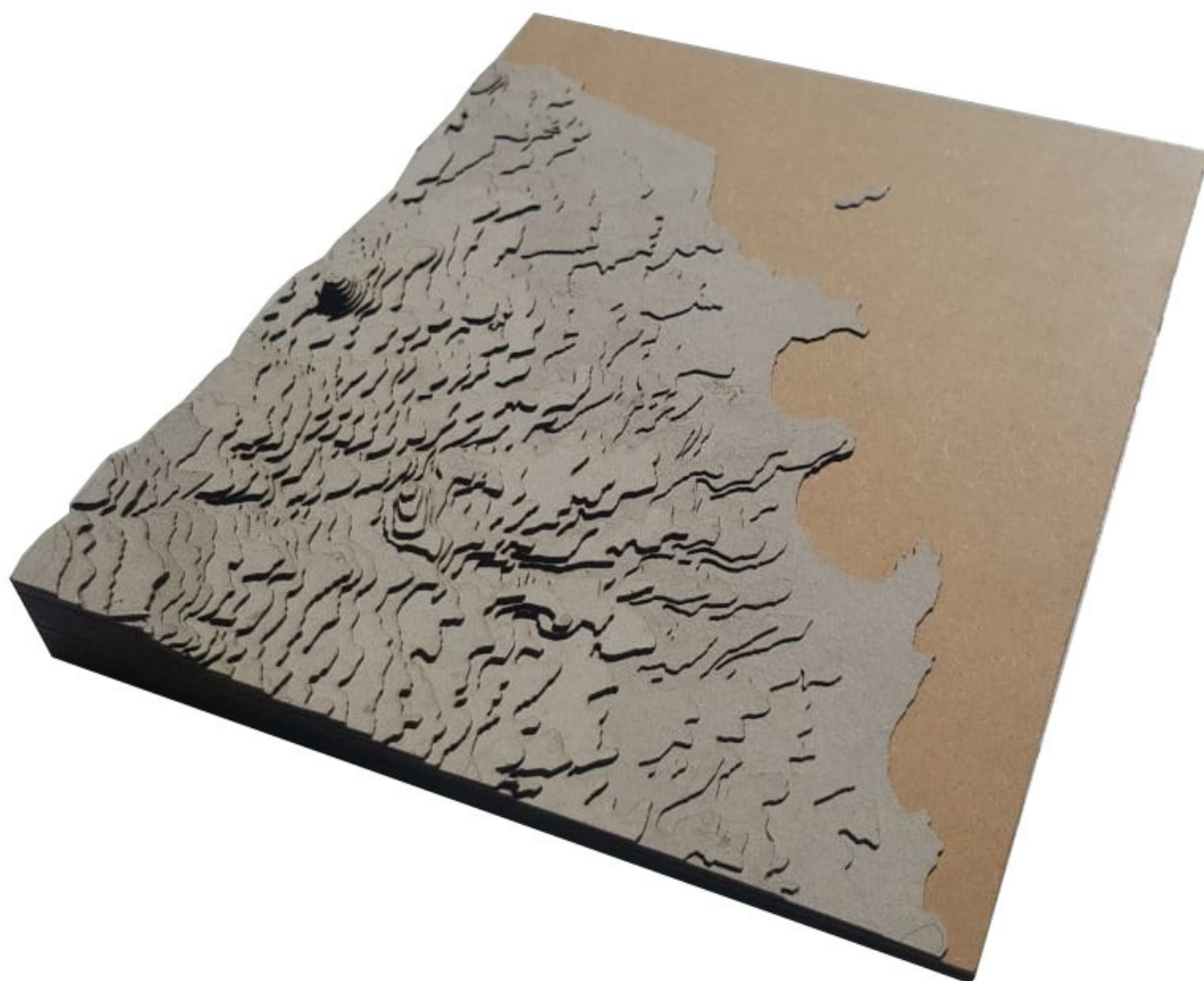
maquete área de intervenção

maquete da ilha de São Tomé





maquete aproximação a Água Grande





maquete aproximação da Área
de intervenção





maquete de equipamento (Centro comunitário)

